

**POPULAÇÃO E SOCIEDADE NO PRESÍDIO DE CAMBAMBE, ANGOLA,
DURANTE AS ÚLTIMAS DÉCADAS DE LICITUDE DO COMÉRCIO ATLÂNTICO
DE ESCRAVOS (1797-1829)**

Carolina Perpétuo Corrêa

Mestre em História pela UFMG; Doutoranda em História Social pela UFRJ

carolperpetuocorrea@gmail.com

Resumo: Neste trabalho estudamos a demografia e a sociedade do Presídio de Cambambe, em Angola, que era então um dos postos mais avançados de penetração portuguesa a leste, integrando a rota comercial do rio Cuanza, no período que se estende de 1797 a 1829, utilizando uma série longa de documentos de caráter censitário. A combinação de informações sobre comércio e população permite abordar algumas das questões fundamentais no que diz respeito aos impactos demográficos do tráfico: o crescimento populacional, a proporção de escravos na população residente e a estrutura etária e sexual da população, contribuindo, assim, no debate acerca dos efeitos do comércio atlântico de escravos nas regiões do interior de África nele envolvidas.

Palavras-Chave: História demográfica, Angola, Tráfico de escravos.

**POPULATION AND SOCIETY IN THE PRISON OF CAMBAMBE,
ANGOLA, DURING THE LAST DECADES OF PERMISSION OF THE
ATLANTIC TRADE OF SLAVES (1797-1829)**

Carolina Perpétuo Corrêa

Mestre em História pela UFMG; Doutoranda em História Social pela UFRJ

carolperpetuocorrea@gmail.com

Abstract: This research aims to be a contribution to the academic debate about the demographic effects of the transatlantic slave trade in the interior of Angola, drawing upon a series of censuses in order to analyze the society and the demography of the *Presídio* of Cambambe, one of the easternmost Portuguese forts along the Cuaza River. The combination of commercial and population data allows for the assessment of fundamental issues related to the demographic impact of the slave trade: population growth, the proportion of domestic slaves in the resident population and its age and gender distribution.

Keywords: Demographic history, Angola, Slave trade.

Neste artigo, temos o objetivo de analisar a população e a sociedade do Presídio de Cambambe, Angola, durante as cerca de três décadas que precederam o fim do comércio atlântico lícito de cativos, com base em uma série de documentos censitários produzidos localmente.

De início, fazemos uma breve exposição da historiografia a respeito da demografia de África, especialmente de Angola, na era do comércio de escravizados para as Américas através do Oceano Atlântico, com foco nos trabalhos que abordam os efeitos de tal comércio sobre as populações das regiões africanas nele envolvidas. Na sequência, tratamos sucintamente das fontes utilizadas na análise. A terceira seção é dedicada ao marco geográfico da pesquisa. Nela, tratamos dos presídios como bases da penetração portuguesa no sertão de Angola, com ênfase no caráter eminentemente militar de tal empreitada e na fragilidade do poder da coroa lusitana na região, procurando situar o Presídio de Cambambe. Antes de passar a analisar a demografia de Cambambe e sua relação com o tráfico atlântico, de modo a adequadamente contextualizar nossos achados, julgamos por bem tratar do volume das exportações de cativos a partir de Luanda e da África Centro-Ocidental, que é o tema da quarta seção. Na quinta seção, analisamos as flutuações da população de Cambambe, passando a discutir se houve crescimento demográfico positivo ou negativo e se tal crescimento guardava relação com as exportações de cativos. A sexta seção é dedicada ao exame do peso dos cativos residentes na população, contextualizando sua variação à luz das oscilações do tráfico. A sétima e última seção lida com a estrutura sexual e etária da população de Cambambe, um dos pontos centrais da historiografia sobre o tráfico.

1. A demografia de regiões do interior de África e o comércio atlântico de escravos na historiografia

A demografia de sociedades africanas na era do comércio atlântico de escravos é um tema clássico na historiografia e muitos estudiosos abordaram esse tema utilizando fontes quantificáveis produzidas na época. Contudo são ainda poucos os que se baseiam em

evidências sobre populações do interior do continente.¹ Nesta seção, passaremos em revista alguns desses trabalhos, conscientes de que o espaço exíguo deste artigo não permite uma verdadeira revisão historiográfica e não é nossa intenção fazer um levantamento exaustivo.

Começamos com os trabalhos produzidos nas décadas de 1980 e 1990. Thornton, em artigo publicado em 1980, estudou os efeitos demográficos do tráfico no Reino de Angola com base no censo de 1777/8 (THORNTON, 1980, p. 417-427). Embora não seja possível detectar com precisão qual a área geográfica abrangida por tais censos, Thornton acredita que diziam respeito à zona compreendida entre o Rio Dande, ao norte, e o Cuanza, ao sul, e o Lukala, a leste; a costa entre os locais onde hoje se situam Benguela e Lobito, e o território que se estende até os limites do planalto central, onde foi fundado o Presídio de Caconda; além disso, incluiria também os reinos independentes de Matamba e Cassanje (THORNTON, 1980, p. 418-419). Em razão da preferência do tráfico atlântico por homens adultos, permaneceria em Angola uma elevada proporção de mulheres em idade fértil, o que permitiria a ocorrência de taxas de fecundidade normais. O autor conclui que, desde que relativamente poucas mulheres fossem exportadas, a população de Angola seria capaz de exportar muitos escravos através do Atlântico e ainda assim se manter estável, quiçá com um leve incremento (THORNTON, 1980, p. 424). Os censos de 1777/8 foram também utilizados por Manning para testar o modelo demográfico que construía com base nos estudos então existentes sobre os comércios transatlântico e transsaariano de escravos (MANNING, 1981, p. 499-526). Heywood e Thornton procuraram fazer estimativas a respeito de populações do interior com base nos relatos do viajante húngaro Lázló Magyar, que acreditavam ter se baseado em registros fiscais orais, e daí tiraram uma série de conclusões para as populações de Angola no século XIX (HEYWOOD e THORNTON, 1988, p. 213-228). Curto e Gervais trabalharam com documentação semelhante à utilizada neste artigo para estudar a demografia de Luanda (CURTO, 1999, p. 381-405; CURTO e GERVAIS, 2001, p. 1-59). Esses últimos dois artigos, no entanto, limitam-se à costa, não abordando as populações do interior.

É inegável que o interior de Angola tem lugar importante em *Way of death*, de Joseph

¹ Em artigo datado de 1991, José C. Curto aborda alguns dois principais estudos de caráter demográfico sobre os impactos do tráfico na África produzidos até então, argumentando que todos eles careciam, ao menos em parte, de historicidade, baseando-se em grande medida em especulações e projeções, mas raramente em fontes históricas (CURTO, 1991, p. 272).

Miller, especialmente nas passagens dedicadas à sua teoria do avanço da fronteira da escravização e à demografia do tráfico (MILLER, 1988, p. 140-150).² Mas é um interior quase abstrato e a análise demográfica é apoiada em esparsa documentação, já que o autor trabalhou os mesmos mapas de 1777/8 utilizados por Thornton, mas deste documento pontual retirou conclusões que abarcavam um intervalo geográfico e temporal bem mais amplo (MILLER, 1988, p. 770).

Em artigo publicado em 1982, Miller argumentava que, em razão das condições geoclimáticas adversas, parte considerável do território da África Centro-Occidental era afetada por secas periódicas. Nos períodos de chuvas mais ou menos regulares, a população aumentava de densidade, mas nos momentos de secas mais prolongadas, a fome e as doenças ceifavam parte considerável dessa população. Era o excedente populacional que pereceria nos momentos de adversidade que seria escravizado e deportado. O tráfico não teria, portanto, levado ao despovoamento da região, mas seria antes uma consequência de tal tendência ao despovoamento (MILLER, 1982, p. 28-30).

Mesmo a drenagem de refugiados pelo comércio de escravos pouco fazia para reduzir a tendência das populações de se multiplicarem além da sua habilidade de se sustentar nos tempos ruins. A escravização removia principalmente homens e deixava portanto que a porção feminina da população [que permanecia] em África se reproduzisse em níveis comparativamente elevados (MILLER, 1982, p. 31).¹

Em *Way of Death*, Miller retoma a questão do excedente de mulheres na população que permanecia em África, associando tal distribuição sexual desequilibrada ao movimento da

² De acordo com a interpretação tradicionalmente aceita pela historiografia, a maior parte dos escravizados exportados no século XIX vinha de longe, do leste. A exportação de grande número de pessoas de Angola havia sido possível graças a guerras travadas entre governantes do interior, especialmente da Lunda, que permitiam a contínua troca de prisioneiros por fazendas importadas, as quais eram utilizadas para selar alianças e aumentar seu poder político. Tal teoria ganhou sua versão mais influente em *Way of Death*, de Miller. Vários outros autores defenderam, implícita ou explicitamente, que a fronteira da escravização havia se movido em direção ao interior remoto no oitocentos (LOVEJOY, 1983, p. 149; MANNING, 1990, p. 70; VANSINA, 1998, p. 403; THORNTON, 2012, p. 85). Eltis questionou, ainda em 1987, as ideias de que a fronteira da escravização teria continuado a se mover em direção ao interior ao longo do oitocentos e de que o número de escravos em África teria aumentado dramaticamente nessas décadas (ELTIS, 1987, p. 227). O argumento de Eltis, baseado apenas nos preços de escravos, não foi suficiente para causar uma reviravolta historiográfica. Recentemente, alguns estudos importantes sugeriram que boa parte dos escravos exportados provinha de locais relativamente próximos ao porto de saída, e não das áreas distantes a leste (CÂNDIDO, 2013, p. 192-218; DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 83-99; CURTO, 2016, p. 23-47). Informações extraídas dos mapas de Cambambe, que permitem calcular o peso dos cativos vindos deste presídio, o local mais a leste na importante rota comercial do Cuanza, nas exportações de Luanda reforçam os achados de Curto, Domingues da Silva e Cândido. Infelizmente, não é possível abordar esse assunto neste artigo.

fronteira da escravização, que se deslocaria, desde os primeiros contatos com os Europeus, no sentido oeste-leste. As pessoas que viviam na zona da fronteira ou na zona de transição teriam suas vidas drasticamente afetadas, sendo sugadas em uma grande onda de violência associada à destruição de plantações, deslocamentos das áreas férteis, além é claro, da morte, das doenças e da escravização. Nessas zonas poderia haver temporariamente decréscimo na população. Essa situação duraria apenas uma ou duas gerações. Com a passagem da fronteira, a situação se estabilizaria, e as terras férteis seriam retomadas por populações em que predominavam as mulheres na flor da idade e homens mais velhos polígamos, que, sob o comando de reis-mercadores, retomariam as terras férteis e se reproduziriam em número suficiente para produzir dependentes e escravos para serem exportados para as Américas. O autor acredita que, no final do século XVIII a maior parte da população da África Centro-Ocidental já vivia a oeste da fronteira. É com base nos censos de 1777/8 que a distribuição etária e sexual de tal população é estimada (MILLER, 1988, p. 140-169).

Jan Vansina também lidou com o interior, em seu clássico trabalho sobre Ambaca, no qual procura explicar mudanças demográficas, políticas e sociais ocorridas entre 1760 e 1845 com base em relatos de viagens da década de 1830 e Notícias (relatório oficial elaborado por funcionários administrativos luso-africanos) de 1859 e 1860 (VANSINA, 2005, p. 3-4). A ideia de que um excedente de mulheres férteis proporcionaria um crescimento populacional positivo, aventada por Thornton e Miller, é partilhada também por Vansina. O trabalho do autor sobre o Presídio de Ambaca, embora seja de cunho principalmente social, ancora-se nesse pressuposto demográfico, conforme veremos mais adiante (VANSINA, 2005, p. 13).

No século XXI, surgiram outros trabalhos sobre o tema, alguns deles voltados para a análise demográfica dos sertões. O Presídio de Ambaca na era do tráfico atlântico de escravos foi também estudado por Curto com base em mapas de população da mesma lavra dos que fundamentam este artigo, dando origem a uma comunicação apresentada na Conferência da Associação de Estudos Lusófonos realizada em junho de 2017 e a um artigo, ainda não publicado³. Domingues da Silva, embora teça suas considerações demográficas com base principalmente com documentação referente a viagens de navios negreiros, se utiliza de

³ CURTO, José C. Ambaca Under the Weight of the Slave Trade, 1797-1850. Comunicação apresentada na Conferência da Associação de Estudos Lusófonos, Aracaju, Brasil, julho de 2017. O programa final da conferência pode ser visualizado em: <http://lsa.apps01.yorku.ca/category/aracaju-brazil-conference-2017/>.

algumas fontes produzidas em Angola, como registros de escravos produzidos pela administração em Luanda, Benguela e no Presídio de Novo Redondo (DOMINGUES DA SILVA, 2017). Cândido estudou a demografia da cidade portuária de Benguela, mas também no Presídio de Caconda, situado a cerca de 300 quilômetros da costa. Utilizou-se de vários mapas de população semelhantes aos aqui trabalhados. A autora, abertamente crítica aos estudos quantitativos, lidou com variáveis como total populacional, razão de masculinidade, condição e qualidade (cor), mas pouco dialogou com a historiografia sobre efeitos demográficos do tráfico, utilizando os dados levantados para lidar com questões de cunho social, como a formação de uma sociedade crioula ou com o papel destacado das mulheres naquela realidade (CÂNDIDO, 2006, p. 133-219). Roberto Guedes e Ariane Carvalho estudaram pormenorizadamente as listas nominativas de moradores existentes em documentos denominados notícias em diversos presídios, cotejando-as, em alguns casos, com mapas estatísticos. Seu objetivo não era, no entanto, analisar os efeitos demográficos do tráfico, mas como a inserção dessas localidades no tráfico havia afetado as suas relações sociais, com foco principalmente nas hierarquias estabelecidas por meio da classificação dos indivíduos com base na qualidade de cor (CARVALHO e GUEDES, 2014; CARVALHO, 2010; GUEDES, 2012; 2011; 2010; 2008; 2006).

Há muitos estudos sobre a composição demográfica das populações de escravizados levados pelo tráfico, seja com base em dados sobre desembarques, seja em dados sobre embarques, mas esses estudos não se referem diretamente às populações que viviam em África, ou quando o fazem, é partindo das viagens negreiras ou de analogias com populações escravas residentes nas Américas (BECKER, 1986, p. 633-79; ELTIS, 1982, p. 453-475; ELTIS, David, 1986, p. 257-272; ELTIS, 1987; ELTIS, 1990, p. 485-482; ELTIS e ENGERMAN, 1992, p. 237-257; ELTIS e JENNINGS, 1988, p. 936-959; FLORENTINO, 1997; INIKORI, 1979, p. 211-229; INIKORI, 1982; GEGGUS, 1989, 23-24; LOVEJOY, 1983; LOVEJOY, 1989; RICHARDSON, 1988; RICHARDSON, 1989, p. 1-22).

Quando o objeto são as populações africanas, sua estrutura sexual e o percentual de escravos domésticos, muitos dos estudos já feitos são baseados em retroprojeções de dados populacionais do século XX (FAGE, 1969a, p. 84-85; FAGE, 1969b, p. 393-404), em extrapolações a partir de documentos produzidos em um local específico para um território

maior (THORNTON, 1977, p. 507-530; THORNTON, 1981, p. 691-720; THORNTON, 1983), ou em modelos demográficos informatizados hipotéticos (MANNING, 1982; MANNING, 1987, p. 35-49; MANNING, 1988, p. 111-134; MANNING, 1990; MANNING, 2013; MANNING e GRIFFITHS, 1988, p. 177-201). Da breve revisão historiográfica feita nos parágrafos precedentes, pode-se facilmente notar que há poucos estudos de caráter demográfico⁴ para regiões do interior de África apoiados em séries longas de documentos que digam respeito diretamente a essas regiões. Acreditamos, assim, que este artigo pode trazer contribuições ao debate sobre o impacto do comércio atlântico nas regiões interioranas de África, ao trazer análises demográficas assentadas em uma série relativamente longa de documentos de caráter censitário produzidos nos sertões de Angola no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX.

2. Fontes

Este artigo se baseia em 24 mapas populacionais para o Presídio de Cambambe, a fortaleza militar localizada mais a leste no curso do Rio Cuanza, em uma das principais rotas do comércio de escravos dos sertões para o porto de Luanda. Apesar de serem denominados *mapas estatísticos* pelas autoridades responsáveis por sua elaboração, esses documentos são, na verdade, censos. Consistem em grandes tabelas manuscritas, elaboradas de acordo com modelos enviados de Lisboa, contendo células (que nos documentos da época eram chamadas de *casas*) que são preenchidas com os números casas e igrejas, de militares, eclesiásticos, civis, sobas, oficiais civis e mecânicos, além da quantidade de pessoas que haviam nascido, morrido ou migrado ao longo do ano, valores das despesas administrativas, quantidade de cera, marfim e cativos exportados, volume da produção agropecuária e extrativista, além do armamento e munição disponível.

A jurisdição de Cambambe incluía, além do presídio, as terras de muitos sobas vassalos da coroa portuguesa, que o circundavam. Dispomos de documentos censitários legíveis e em bom estado de conservação para os anos de 1797, 1799, 1803 a 1807, 1809 a

⁴ Há vários estudos na área de História Social, mas com foco não propriamente demográfico, sobre os impactos do comércio de escravos em regiões do interior africano, de que são exemplos os trabalhos de Miller sobre escravidão entre os imbangala (MILLER, 1973, p. 9-29; MILLER, 1977, p. 205-233).

1821, 1823, 1825 e 1829. Fizemos nossas próprias transcrições de manuscritos localizados no Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino – AHU⁵ e no Arquivo Histórico Militar – AHM, mas nos utilizamos também das transcrições parciais feitas no âmbito do Projeto *Counting Colonial Populations*⁶.

Alguns autores já discutiram o contexto político que deu ensejo à produção dessas fontes (SANTOS, 2005; PAQUETTE, 2013), outros abordaram o seu conteúdo (CURTO, 1988, p. 163-189; CURTO e GERVAIS, 2001, p. 1-59; MATOS e VOS, 2013, p. 807-834; CORRÊA, 2017), por isso nos absteremos de discuti-las neste artigo. É importante sublinhar, apenas, que os mapas eram produzidos com base em modelos enviados por Lisboa ao governador do reino de Angola, em uma tentativa, iniciada no Período Pombalino e levada adiante no século XIX, de angariar informações sobre as conquistas a fim de melhor dominá-las e administrá-las. Todavia, embora o padrão viesse de fora, a execução dos mapas ficava a cargo dos capitães-mores e regentes dos distritos e presídios, os quais eram, em sua maioria, nascidos localmente (VANSINA, 2005, p. 2; CÂNDIDO, 2006, p. 187; CARVALHO e GUEDES, 2014, p. 129-171; CORRÊA, 2017, p. 130). Assim, embora as categorias utilizadas nos mapas tivessem sido concebidas em Portugal, eles eram preenchidos por pessoas de dentro das sociedades africanas, que utilizavam seus conhecimentos da cultura lusófona para traduzir tais categorias e nelas enquadrar uma realidade da qual eram profundos conhecedores. Desta forma, as fontes, embora produzidas pela administração, trazem informações úteis a uma historiografia africanista.

3. O Presídio de Cambambe

De acordo com Couto, no século XVI, a conquista dos sertões de Angola era norteadada pela procura de minas de prata, pela difusão do cristianismo e pelo comércio, inclusive de escravos (COUTO, 1972, p. 65-66). A estrutura administrativa daquilo que os portugueses

⁵ Para detalhes sobre o acervo existente no AHU, ver CURTO, 1988, p. 163-189.

⁶ Fotografias digitais de alguns dos mapas de população, bem como as transcrições, podem ser consultadas em <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/Databases/SearchResults.php>. A equipe do projeto optou por transcrever apenas a seção do mapa dedicada à população. Assim, os dados sobre comércio, produção agropecuária, armamento e munição, despesas e as observações feitas pelo capitão-mor ou pelo regente foram transcritas por nós.

denominaram o reino de Angola se baseava na construção de presídios, fortalezas erigidas em locais estratégicos do ponto de vista militar ou comercial. Achamos adequado pensar esses presídios como pequenas ilhas luso-africanas, formalmente submetidas à monarquia portuguesa, rodeadas por todos os lados por terras chefiadas por autoridades africanas. Do ponto de vista das autoridades portuguesas que estabeleciam os presídios, as terras dessas chefias autóctones pertenciam à sua jurisdição.

O termo *presídio* não remetia ao local onde são presos os condenados judicialmente por práticas criminosas. Os dicionários da época são unânimes ao definir presídio como o conjunto dos soldados que guarnecem uma *praça presidiada* para a defender do inimigo, ou então, o que era o caso na Angola setecentista e oitocentista, a própria fortaleza guarnecida por militares (BLUTEAU, 1712-1728, p. 714; PINTO, 1832; SILVA, 1813, p. 497). De acordo com Magalhães, as municipalidades eram o padrão na criação dos “impérios coloniais hispânicos”, mas, nas conquistas onde não se julgava importante estabelecer um governo civil, fundavam-se presídios (MAGALHÃES, 2011, p. 80-81). O caráter essencialmente militar e comercial da presença portuguesa no reino de Angola se refletia, portanto, em sua divisão em distritos, a maioria dos quais tinha como sede um presídio, comandando por um capitão-mor ou, na sua ausência, por um regente. Os comandantes dos presídios acumulavam funções administrativas, militares e jurisdicionais e eram assessorados por um escrivão e um almoxarife (CORRÊA, 2017, p. 128; COUTO, 1972, p. 54; FERREIRA, 2012, p. 29-33; VANSINA, 2005, p. 2).

A partir dos presídios é que se davam as relações com os sobados aliados à Coroa portuguesa, consubstanciadas no estatuto de vassalos conferido aos sobas (SANTOS, 2006, p. 81-95).⁷ Esses sobados avassalados e os seus habitantes formalmente faziam parte dos distritos e estavam submetidos teoricamente à autoridade dos capitães-mores e regentes dos presídios. As fontes sugerem que, na prática, muitos sobas vassalos conservavam um grau elevado de poder e autonomia. Havia, ainda, dentro da área oficial dos distritos, sobados rebeldes, além de territórios que conservavam as instituições políticas e administrativas

⁷ Em tese, era vedada a escravização de vassalos. Nos séculos XVIII e XIX, no entanto, são numerosos os relatos de casos em que vassalos, luso-africanos e pessoas livres vivendo em áreas teoricamente protegidas foram escravizados e, em alguns casos, enviados para as Américas (FERREIRA, 2012, p. 52-65; CÂNDIDO, 2011, p. 447-459; CÂNDIDO, 2013, p. 53; CURTO, 2003, p. 43-64; CURTO, 2005, p. 96-122; CURTO, 2009, p. 381-415; DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 142-166).

tradicionais, aos quais os portugueses não tinham acesso e, frequentemente, nem mesmo direito de passagem (COUTO, 1972, p. 103).

A primeira povoação fundada, em 1576, foi a Vila de São Paulo d'Assunção, que futuramente se tornaria a cidade de Luanda. A crença de que as minas de prata se localizavam na região de Cambambe fez com que o rio Cuanza se tornasse a linha de penetração para o interior, já que a impossibilidade de se deslocar por outros meios que não a pé pelo terreno difícil tornava os cursos d'água navegáveis importantes para o deslocamento. Foram, assim, a partir dos finais do século XVI, sendo erigidos presídios nas margens desse curso d'água: Massangano, em 1583; Muxima, em 1599, e Cambambe, em 1604 (COUTO, 1972, p. 103-105). Segundo Lopes de Lima, o Governador e Capitão-General Manoel de Cerveira Pereira fundara esse último presídio após ter derrotado e posto em fuga o Soba de Cambambe (LOPES DE LIMA, 1846, p. 18). O mapa abaixo, extraído da obra de Ralph Delgado, permite uma boa visualização dos principais presídios erigidos às margens do Cuanza no século XVII (DELGADO, 1971, p. 310).

Carta de Angola no Século VII



Fonte: DELGADO, 1971, p. 310.

A rota comercial do rio Cuanza ligava os sertões mais ao sul, via Bié, e mais ao leste, via Pungo Andongo, a Luanda (DIAS, 1998, p. 364-383).⁸ O rio, que ficava distante cerca de 14 léguas da capital, era navegável por cerca de 60 léguas (CURTO, 2008, p. 191-195). Cambambe era o posto mais avançado a leste ao longo do Cuanza. A partir dali, a monumental queda d'água impedia a passagem, como explicado, no século XVII, por Balthazar Rebello de Aragão, que fora capitão-mor do presídio de Cambambe, em trecho transcrito por Lopes de Lima (LOPES DE LIMA, 1846, p. 66).

No período enfocado por este artigo, o rio preservava sua importância para o comércio nos sertões. As fazendas importadas entradas na capital eram redistribuídas para as populações do planalto central, passando por Pungo Andongo e Bié, entreposto localizado bem mais ao sul, nas proximidades das nascentes do Cuanza. A parcela dos escravos obtidos a partir de Bié que não era enviada a Benguela ou desviada por contrabandistas chegava a Luanda através do Pungo Andongo, Cambambe e Massangano (DIAS, 1998, p. 364).

O número de casas de palha existentes na jurisdição do presídio aumentou ao longo do período enfocado e o número de sobas avassalados oscilou bastante. Em 1797, ano em que foi confeccionado o primeiro censo de que dispomos, havia na jurisdição 5.077 casas de palha e 25 sobas avassalados; em 1809, 6.150 casas de palha, embora o número de sobas avassalados tivesse caído para 19; em 1813, 7.717 casas de palha e 27 sobas avassalados; em 1821, 8.306 casas de palha e 25 sobas avassalados; e, em 1829, último ano da série, 9.886 casas de palha e 38 sobas avassalados. Em alguns anos, temos informação sobre quantas casas havia dentro do presídio propriamente dito. Elas variaram entre 64 e 83 casas de palha e algumas casas de pedra e cal, que variaram entre uma e cinco.

No final do século XVIII, havia uma igreja e um eclesiástico, mas em 1809 o capitão-mor anota que o prédio estava caindo. A partir de 1812, não havia mais pároco e a igreja passou a ser reiteradamente descrita como arruinada (AHU, CU, Angola, Cx. 122, doc. 32).

⁸ Vale lembrar que as firmas estabelecidas nas cidades costeiras de Luanda e Benguela praticamente não tinham contato com os africanos do interior. Essa etapa do comércio atlântico era inteiramente conduzida por comerciantes africanos ou luso-africanos aos quais os negociantes litorâneos confiavam as fazendas a crédito. Eram esses comerciantes que organizavam as caravanas de carregadores que levavam, a pé, os produtos importados aos presídios e feiras dos sertões, onde, entrando em contato com sobas e outros chefes locais, os distribuíam, sempre a crédito, obtendo em retorno escravos e outros produtos, dos quais os mais importantes eram cera e marfim, posteriormente conduzidos até a costa, fechando o círculo (HEINTZE, 2004, p. 62; MILLER, 1988, p. 31).

Em 1825, o Capitão Regente Joze Botelho de Sampaio explicava que “a Matriz está arruinada; mas se estão prontificando os materiais para acabadas as chuvas se principiar com seu conserto” (AHU, CU, Angola, Cx 141, Doc 49). No entanto, em 1829, o responsável pelo mapa observava que o pároco estava de licença na capital e o templo continua a ser descrito como arruinado. Apesar da disseminação da fé católica ser um dos pilares do projeto colonizador português⁹, na prática parecia haver descaso com as coisas da religião. Isto explica a carência de dados a partir de 1814 sobre quantas pessoas haviam nascido e morrido na jurisdição, já que essa informação era oriunda dos registros paroquiais de batismo e óbito. Também são reiteradas as queixas quanto ao mau estado da feitoria e do armamento e à falta de munição.

Embora a produção agrícola e a criação de animais tivesse importância econômica e política, quantificar essas atividades aparentemente carecia de sentido. São criados algumas centenas de bois, vacas, carneiros, ovelhas, bodes, cabras e porcos. Em alguns anos há um ou dois cavalos. São produzidos farinha, milho, feijão, azeite de palma e algodão. Esses produtos, no entanto, servem para a subsistência dos habitantes da jurisdição e não são exportados e os habitantes não mantinham registros do volume de sua produção, conforme informa o regente em observação feita no rodapé do mapa de 1815 (AHU, CU, Angola, Cx. 131, doc. 14). Como uma das motivações para a produção de estatísticas era o conhecimento de recursos potencialmente comercializáveis, que pudessem ser uma fonte de receita da Real Fazenda, há reiteradas queixas das autoridades locais sobre a incapacidade de se fabricar anil, lã de palmeira ou produtos em algodão (AHU, CU, Angola, Cx. 131, doc. 14; AHU, CU, Angola, Cx 167, Doc 33). Ficavam, assim, os produtos exportáveis reduzidos a três: cativos, cera e marfim. O volume dessas exportações consta em boa parte dos mapas.

⁹ Em meados do século XVI, ocorrera uma reformulação na concepção da monarquia portuguesa e, a partir desse momento, a religião seria um aspecto fundamental da política imperial. De acordo com Xavier, a partir de cerca de 1530, a configuração imperial se afastava de uma concepção medieval, segundo a qual o império era um conglomerado de territórios unidos sob um senhor comum, para adotar um modelo inspirado pelo Império Romano, no qual as populações submetidas eram integradas a partir do direito, da língua e da religião (XAVIER, 2003, p. 40-41). A religião era um dos elementos principais da argamassa que cimentava o império, que dava a sua coesão, nessa nova conjuntura em que a coroa aspirava ao ordenamento das estruturas preexistentes. A ideia era constituir um império que espelhasse as estruturas do reino, quanto ao aparato jurídico institucional, à própria organização do espaço, que deveria “ostentar marcas que o tornassem facilmente reconhecível como extensão da metrópole” e, mais importante, aos súditos, que deveriam ser portugueses, “ou simulacros destes (cristãos)”. Essa nova concepção de império implicava, portanto, na evangelização dos povos locais, de maneira que viessem a “constituir um espelho do poder, do príncipe cristão que os governava, e, refletindo-o, garantissem a sua conservação” (XAVIER, 2003, p. 17).

Esses produtos eram comercializados na feira do Dondo, que pertencia à jurisdição de Cambambe, mas era territorialmente separada do presídio. Embora feiras já existissem na região antes dos contatos com os portugueses, estes passaram, a partir do século XVIII, a tentar institucionalizá-las, com o objetivo de ganhar maior controle sobre o comércio nos sertões. Os interessados em comerciar na feira precisavam de uma licença do governador, sediado em Luanda, e, ao obtê-la, passavam a ser chamados de feirantes legitimados (FERREIRA, 2012, p.29-33; VANSINA. 2005, p. 2). Geralmente, o feirante era um morador, ou seja, um indivíduo que não estava sujeito à tutela coletiva dos sobas e habitava as terras sob a proteção das fortalezas (DIAS, 1998, p. 359). Entre 1811 e 1819, os mapas trazem o número de feirantes legitimados que residiam na Feira do Dondo. Variaram entre 42 e 50. Em 1818 e 1819, o responsável pelo mapa anotou que a maioria dos feirantes estavam ausentes, conduzido seus negócios em outras paragens.

Em breve trataremos das exportações de cativos realizadas a partir da Feira do Dondo. Antes, no entanto, cumpre tratar das exportações de escravizados da África Centro-Occidental em geral e a partir do porto de Luanda em particular, destino dos que partiam de Cambambe com as caravanas de comércio que rumavam para o oeste.

4. Volume e padrão etário e sexual das exportações de escravos da África Centro-Occidental e de Luanda

Hoje, quase cinco décadas após a publicação do clássico trabalho de Curtin, (CURTIN, 1969) que inaugurou toda uma tradição de trabalhos estatísticos sobre o volume do tráfico atlântico de cativos, parece bem claro que as exportações de escravos a partir da África Centro Occidental continuaram aquecidas nas primeiras décadas do oitocentos. É o que mostram os dados do *Voyages: The Transatlantic Slave Trade Database*, ao qual nos referiremos doravante como TSTD2,¹⁰ compilados na Tabela 1 (ELTIS et al, 2008).¹¹

¹⁰ A sigla TSTD2 vem sendo utilizada pelos próprios criadores do banco de dados eletrônico para distingui-lo de sua versão anterior, de 1999, divulgada em CD-ROM, apelidada de TSTD1 (ELTIS e RICHARDSON, 2008). Foram registrados como pertencentes à África Centro-Occidental os seguintes portos, transcritos aqui com a grafia em que aparecem no banco de dados: Alecuba, Ambona, Ambriz, Benguela, Boary, Bomara, Cabinda,

Começaremos com os dados sobre a participação das exportações da África Centro-Ocidental¹² no total de exportações atlânticas, por períodos de 25 anos. Na primeira metade do século XVIII, a participação da África Centro-Ocidental no tráfico total tendeu a crescer, passando de 15% em 1700-1725 para 27% em 1725-1750. Nos cinquenta anos seguintes, a tendência ao crescimento se manteve, sendo a região responsável por 28% do total das exportações em 1751-1775 e por 34% em 1776-1800. A participação da África Centro-Ocidental permaneceu elevada no século seguinte, ficando em torno de 42% e 43% na primeira metade do XIX. Finalmente, no período 1851-1875, no crepúsculo do comércio atlântico de escravos, quando a proibição do tráfico já havia sido efetivamente aplicada no Brasil e a maioria dos mercados já havia se fechado, a região era responsável por 31% de todos os embarques.

Cabo Lopo Gonçalves, Cape Mole, Cuanza River, Congo North, Congo River, Rio Zaire, Grenada Point, Kilongo, Loango, Malembo, Mayumba, Mpinda, Novo Redondo, Penido, Quicombo, Salinas, Luanda e Soyo.

¹¹ Domingues da Silva aprimora os dados atuais do banco de dados para a África Centro-Ocidental. De acordo com o autor, o volume de escravos exportados dessa região abrangia viagens dos portos de Cabinda e Molembo, situados ao norte de Luanda, para a Bahia. Todavia, para o autor, após 1815, uma parcela dessas viagens havia se originado na realidade na Baía de Benin, que já tinha uma ligação comercial antiga com a Bahia, e as licenças ostentadas pelos navios para embarcar escravos nesses dois portos da África Centro-Ocidental eram um estratagema para enganar a fiscalização britânica. Com base no volume de escravos exportados das diferentes regiões africanas para a Bahia entre 1801 e 1815, Domingues da Silva calculou um percentual dos escravos oriundos de Cabinda e Molembo a ser descontado do total de escravos exportados da África Centro-Ocidental para o Brasil para o período 1816-1831. Esse desconto, todavia, reduz em menos de 1% o total de escravos transportados da África Centro-Ocidental entre 1781 e 1867 (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 20-21). Sendo o ajuste feito de pequena monta, optamos por trabalhar aqui com os dados do TSTD2 e não com os desse autor, que inicia sua análise no final do século XVIII. Acreditamos que, para o nosso propósito, é preciso recuar mais no tempo, de forma a perceber a significância dos embarques no século XIX em comparação com os embarques da centúria precedente. Além disso, podemos agregá-los de modo diverso, por períodos de 25 anos.

¹² Preferimos trabalhar aqui com os dados do TSTD2 para a África Centro-Ocidental e não para Angola porque que estes primeiros derivam, em maior medida, dos dados de viagens negreiras, fonte principal para a construção do banco de dados eletrônico e podem, portanto, ser comparados com mais propriedade com os dados sobre o tráfico total. Além disso, e de igual importância, é o fato de que a série de Angola, disponível na planilha *Estimates Spreadsheet*, que pode se baixada na página de *downloads* do TSTD2, abarca somente o período 1710-1830, enquanto a série para a África Centro-Ocidental se estende do início do século XVI até o terceiro quartel do XIX. A série de Angola do TSTD2 utiliza dados de viagens para o período 1710-1722 e, para os anos seguintes, utiliza as séries favoritas de Curto para Luanda e Benguela, acrescidas de alguns ajustes para compensar pelas viagens que se sabe não terem sido computadas (ELTIS e RICHARDSON, 2008, p. 21-22; CURTO, 1992 e 1993).

Tabela 1

Número de escravos exportados de Luanda, da África Centro-Occidental e de todas as regiões envolvidas no comércio atlântico de escravos, por períodos de 25 anos (século XVI ao XIX)

Período	Percentual em relação à		Percentual em relação ao tráfico total	Percentual em relação ao		Total
	Luanda	África Centro-Occidental		África Centro-Occidental	tráfico total	
1501-1525				624	48%	1.307
1526-1550				359	1%	32.278
1551-1575					0%	53.460
1576-1600	3.014	9%	1%	33.551	15%	225.827
1601-1625	76.663	53%	31%	144.857	58%	247.950
1626-1650	76.644	68%	45%	113.447	66%	171.482
1651-1675	12.281	29%	7%	41.909	23%	184.452
1676-1700	20.023	22%	4%	89.457	19%	475.189
1701-1725	49.895	39%	6%	127.202	15%	860.416
1726-1750	217.258	58%	16%	372.034	27%	1.355.407
1751-1775	186.662	39%	11%	481.474	28%	1.739.693
1776-1800	210.439	35%	12%	604.443	34%	1.781.815
1801-1825	352.696	45%	19%	791.804	43%	1.841.981
1826-1850	195.055	33%	14%	593.308	42%	1.416.031
1851-1875	0	0%	0%	70.625	31%	229.829
Total	1.400.630	40%	13%	3.465.094	33%	10.617.117

Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database

Disponível em: <<http://slavevoyages.org/voyages/FMAJikdX>>. Consulta em: 31/12/2016.

Também quanto ao volume de embarques em termo absolutos, a análise dos dados revela que o comércio de escravos a partir da África Centro-Occidental se manteve elevado. Para efeitos de comparação, recuaremos até o último quarto do século XVII, quando da região partiram 89.457 escravos. Todo o século XVIII é de grande crescimento das exportações de escravos da África Centro-Occidental. No período 1701-1725, as exportações subiram para 127.202 escravos. O crescimento foi ainda maior em 1726-1750, tendo as exportações mais que dobraram com relação ao período anterior, sendo embarcados 372.034 cativos na região. O volume de exportações continuou ascendente em 1751-1775, quando foram embarcados 481.474 cativos, e em 1776-1800, com 604.443 escravos embarcados. No primeiro quartel do XIX, as exportações de escravos continuam crescendo, totalizando 791.804 cativos – a maior cifra de toda a série histórica. No segundo quartel do século XIX, os embarques recuam: nesse período haviam partido da região 593.308 pessoas escravizadas a bordo dos navios negreiros. Essa cifra, embora represente um decréscimo se comparada à do intervalo 1801-1825, ainda supera todas as registradas na tabela para período anterior a 1776. A verdadeira ruptura ocorre apenas em 1850, sendo que, deste ano até 1875, o último da série, são exportados 70.625 escravos. O intervalo 1826-1830 foi de embarques elevados, reposta ao já mencionado tratado

entre o Brasil e a Inglaterra que determinava que o Brasil abolisse o tráfico três anos após a ratificação, que ocorreu em 1827 (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 29, 30). Em suma, o período a que se dedica este artigo foi marcado pelo maior volume de escravos exportados na história da África Centro-Occidental.

Luanda era, naquele momento, o porto de embarque mais importante na África Centro-Occidental, ainda segundo dados do TSTD2 mostrados na Tabela 1.¹³ A cidade emergira como porto de embarque de escravos no final do século XVI, com participação ainda bem modesta, que viria a crescer no século XVII, especialmente na primeira metade, quando de lá saíam mais de 50% dos escravos exportados da África Centro-Occidental. Essa participação recuou na segunda metade do século XVII, mas voltou a crescer no século XVIII. De 1701 até 1850, responderá sempre por, pelo menos, um terço de todos os escravos embarcados na África Centro-Occidental. Em 1701-1725, de Luanda partiram 49.895 escravos, 39% de todos os exportados da África Centro-Occidental. No intervalo seguinte, 1726-1750, as exportações mais que quadruplicaram, chegando a 217.258 escravos, 58% das exportações da África Centro-Occidental. Em 1751-1775, as exportações sofrem um recuo, embora continuem elevadas: 186.662 cativos, ou 39% das exportações da África Centro-Occidental. A partir do último quartel do século XVIII, o crescimento é retomado, sendo, em 1776-1800, embarcados 210.439 escravos na capital do Reino de Angola, 35% do total exportado da África Centro-Occidental. Em 1801-1825, período coberto por este artigo, o tráfico a partir de Luanda atinge o seu pico histórico, chegando a 352.696 embarques, respondendo por 45% das exportações da África Centro-Occidental. A média anual de escravos exportados no período 1801-1825 é de 14.107.

¹³ Os dados sobre volume dos escravos exportados de Luanda aqui utilizados são do TSTD2. Esses dados são oriundos de registros de viagens de navios negreiros e são, portanto, de natureza diversa dos dados do artigo de Curto de 1992, que foram extraídos de documentação administrativa, principalmente de caráter alfandegário e fiscal, mas também de relatórios produzidos por governadores (CURTO, 1992, p. 2). Curto criara, então a sua série de números preferidos para os embarques no porto de Luanda combinando os seus próprios dados com os de vários outros pesquisadores, os quais, à exceção de Klein, não haviam trabalhado com dados de viagens negreiras (ver *Table 2* em CURTO, 1992; ELTIS e RICHARDSON, 2008, p. 21). A série da dados do TSTD2 aqui utilizada estima o total dos embarques de Luanda cerca de 7% abaixo da série preferida de Curto. Se compararmos a série de CURTO e a do TSTD2 ano a ano, veremos que raramente os números coincidem, havendo diferenças substanciais: em 23 dos 120 anos abarcados pela série, essa diferença chega a ser maior que 50% para um lado ou para o outro. De todo modo, preferimos utilizar aqui a série do TSTD2 à de Curto por ser mais recente, mas, principalmente, por ser da mesma natureza às séries disponíveis para a África Centro-Occidental e o tráfico total, facilitando, assim, as comparações.

Os dados do TSTD2 aqui utilizados nos deixaram claro que intervalo temporal enfocado por este artigo é de volume elevado de exportações de escravos da África Centro-Ocidental e do Porto de Luanda em particular. Mas haveria relação entre as exportações de cativos e as flutuações da população de Cambambe?

5. As flutuações na população de Cambambe e o comércio atlântico de escravos

Se, conforme tem mostrado a historiografia recente (CÂNDIDO, 2013, p. 192-218; DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 83-99; CURTO, 2016, p. 23-47), uma parte considerável dos cativos destinados ao mercado atlântico provinha de áreas não muito distantes, situadas dentro da porção de território que os portugueses consideravam a colônia de Angola, então podemos inferir que as populações dos sobados que formalmente integravam a jurisdição dos presídios sofriam os efeitos dos processos de escravização. Curto, Domingues da Silva, Cândido e Ferreira já mostraram convincentemente que vassalos e outras pessoas livres, que, em tese, estavam protegidos, acabavam sendo escravizados (CÂNDIDO, 2013, p. 53, 202-214; FERREIRA, 2012, p. 52-74; CURTO, 2003, p. 43-64; CURTO, 2005, p. 96-122; CURTO, 2009, p. 381-415; DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 142-166). Nesta seção, investigaremos se havia uma relação entre as flutuações na população de Cambambe e as suas exportações de escravos.

Um dos temas centrais da historiografia sobre os efeitos do tráfico na África é o do crescimento demográfico das regiões africanas nele envolvidas. A despovoação de tais áreas é um dos principais argumentos dos estudiosos que enfatizam os impactos nefastos do comércio atlântico de escravos. Wheeler e Pélissier associam a perda de população ao subdesenvolvimento posterior, uma vez que a escassez de mão de obra é que teria impedido o progresso de atividades agropecuárias e manufatureiras (WHEELER e PÉLISSIER, 2016, p. 87). Também Inikori argumenta que a população da África Subsaariana em geral, e na África Ocidental em particular, sofrera um decréscimo em termos absolutos entre 1650 e 1850, em razão de seu envolvimento com o tráfico de escravos (INIKORI, 1979; INIKORI, 1982).

Outros autores, como Fage e Thornton, argumentam que não houve despovoamento,

mas apenas estagnação do crescimento ou mesmo um crescimento modesto da população (FAGE, 1969a, p. 85-90; FAGE, 1969b, p. 400; THORNTON, 1977, p. 527-530; THORNTON, 1980, p. 424-425).

À sua maneira, Miller encontra um meio termo entre autores como Fage, que minimizam os impactos do tráfico de escravos para as sociedades africanas, e outros, como Inikori, que defendem que tais impactos eram imensos, tendo mesmo levado ao despovoamento. Para ele, as consequências demográficas do tráfico dependiam de onde as pessoas viviam em relação à zona de fronteira de escravização, ou, em outras palavras, em relação às fases de abertura do comércio atlântico, seu estágio transicional e a reconstrução de Estados baseados em princípios mercantis. Segundo Miller, a revolução provavelmente levou mais pessoas da região a fugirem e a se esconderem do que expôs à captura e exportação através do Atlântico.

O significado demográfico da transformação para a África residia menos nas perdas agregadas de população do que em profundas mudanças no padrão de ocupação do território, exposição a doenças e capacidade reprodutiva das populações que ficavam para trás (MILLER, 1988, p. 141).¹⁴

Miller descarta a hipótese do despovoamento. Após a passagem da fronteira, a retomada as terras férteis que haviam sido abandonadas por populações altamente produtivas de mulheres e crianças sob proteção de reis-comerciantes provavelmente era mais comum do que situações localizadas de despovoamento (MILLER, 1988, p. 159).

Por mais instigantes que sejam esses estudos, é forçoso admitir que carecem de verdadeiras bases empíricas. Tecem conclusões para vastas áreas geográficas por extensos períodos de tempo com base em alguns documentos pontuais, especialmente no censo de 1777/8, ou partem de retroprojeções a partir de documentos censitários elaborados em época bem posterior. Nenhum deles se ancora em fontes produzidas nos sertões para um espaço de tempo longo.

A análise dos muitos mapas estatísticos do Presídio de Cambambe nos permitirá ter

¹⁴ Tradução nossa. No original: “The demographic significance of the transformation for Africa lay less in aggregate population losses than in profound changes in settlement pattern, epidemiological exposure, and the reproductive capabilities of the populations who remained behind”.

um melhor conhecimento das flutuações de uma localidade dos sertões. Os dados deram origem ao Gráfico 3.



Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe e sua Jurisdição.

Ao se lançar um primeiro olhar ao Gráfico 3, já se percebe que não houve despovoamento durante o período em foco. Em 1797, havia 5.950 habitantes e, em 1829, 22.580. Trata-se um crescimento populacional da ordem de 382%. Mas onde viviam essas pessoas? Estamos falando de população autóctone governada por autoridades africanas tradicionais ou estamos tratando da comunidade luso-africana que havia surgido ao redor da pequena ilha de soberania portuguesa que era o presídio?

É possível responder a essa pergunta porque os mapas trazem o número de casas, especificando se estas estavam localizadas “no rumo do presídio”, ou seja, dentro da vila militar, ou “na jurisdição”, o distrito como um todo. Vansina considerou que cada fogo tinha três habitantes, alegando que esse era o número que os administradores da época tendiam a usar (VANSINA. 2005, p. 1). Multiplicando o número de casas existentes dentro do presídio por três, estimamos a população ali residente e podemos calcular o seu percentual em relação à população total, sabendo que o restante da população habitava os sobados. Feitas essas contas, descobrimos que, em qualquer um dos anos estudados, a população residente no

presídio flutuou sempre em torno de duas centenas de indivíduos, nunca representando mais de 3% do total. Isso significa que mais de 97% da população recenseada nos mapas habitava as aldeias autogovernadas que formalmente pertenciam ao distrito, muitas das quais bastante autônomas. Nossos dados são, portanto, úteis na compreensão da estrutura demográfica da população dos sertões.

Outra forma de compreender melhor a população descrita nos mapas é analisar a sua qualidade (cor). Tal informação era tão importante que organizava todo o mapa, pois todas as categorias – eclesiásticos, militares, homens civis (rotulados no mapa como “paizanos”), mulheres, sobas, oficiais civis, oficiais mecânicos, pessoas que entraram, saíram, nasceram e morreram – ocupam sempre as colunas das tabelas, e que todas elas são analisadas de acordo com a “qualidade” (branco, preto, mulato). Assim, a “qualidade” era a categoria básica de ordenação social, o principal filtro segundo o qual eram classificadas as pessoas, traduzindo muito mais que a coloração de sua pele. Curto e Gervais, ao tratarem dos problemas na lida com os dados dos mapas de Luanda¹⁵, aludem ao fato de que dados sobre “cor” não refletem raça ou etnia, mas são ditados também por critérios econômicos. A complexidade da atribuição das qualidades de cor no Império Português em geral e na África Centro-Ocidental já é bem conhecida, como evidenciam as múltiplas menções na historiografia sobre os negros calçados, que eram considerados socialmente brancos (FERREIRA, 2012, p.60; CURTO e GERVAIS, 2001, p. 23). Guedes e Carvalho vão mais longe e, com base nas “notícias” dos Presídios de Massangano e Novo Redondo, demonstram que a “cor/qualidade” designava um lugar social orientado por critérios políticos (CARVALHO e GUEDES, 2014, p. 134-136; CARVALHO, 2010. p. 1-10). Sendo a qualidade uma categoria tão importante, ela era informada para toda a população recenseada em todos os mapas a que tivermos acesso. Os dados foram reunidos na Tabela 2.

¹⁵ Curto e Gervais fazem uma detalhada análise da qualidade dos dados. Os outros problemas detectados são a precariedade dos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito nos quais se baseavam; a não inclusão dos óbitos ocorridos no único hospital de Luanda; a má vontade dos chefes de domicílio em prestar informações sobre as pessoas neles residentes, para proteger os seus da cobrança de impostos e do recrutamento militar; a ausência de informação sobre o destino (se interno ou internacional) dos emigrantes; a omissão dos escravos destinados à exportação atlântica; e a frequência dos erros no cálculo nas somas, que atribui à incompetência dos funcionários. Voltaremos a algumas dessas questões mais adiante (CURTO e GERVAIS, 2001, p. 19-26).

Tabela 2**Qualidade (cor) da população do Presídio de Cambambe e sua Jurisdição (1797-1829)**

Ano	1797		1799		1803		1804		1805		1806	
Qualidade	Nº	%										
Branços	24	0,40%	18	0,29%	14	0,23%	16	0,21%	11	0,14%	14	0,27%
Pretos	5836	98,08%	6105	98,47%	5882	98,59%	7566	99,07%	7605	99,14%	5043	98,38%
Mulatos	90	1,51%	77	1,24%	70	1,17%	55	0,72%	55	0,72%	69	1,35%
Total expresso	5950	100,00%	6200	100,00%	5966	100,00%	7637	100,00%	7671	100,00%	5126	100,00%

Ano	1807		1809		1810		1811		1812		1813	
Qualidade	Nº	%	Nº	%								
Branços	11	0,18%	31	0,67%	34	0,69%	30	0,33%	30	0,44%	26	0,24%
Pretos	5960	99,10%	4441	96,23%	4825	97,28%	8804	97,38%	6774	99,44%	10726	99,23%
Mulatos	43	0,71%	143	3,10%	101	2,04%	207	2,29%	8	0,12%	57	0,53%
Total expresso	6014	100,00%	4615	100,00%	4960	100,00%	9041	100,00%	6812	100,00%	10809	100,00%

Ano	1814		1815		1816		1817		1818		1819	
Qualidade	Nº	%										
Branços	24	0,21%	19	0,17%	16	0,14%	21	0,20%	21	0,20%	21	0,20%
Pretos	11089	99,05%	11354	99,35%	11158	99,67%	10269	99,20%	10269	99,20%	10269	99,20%
Mulatos	82	0,73%	55	0,48%	43	0,38%	62	0,60%	62	0,60%	62	0,60%
Total expresso	11195	100,00%	11428	100,00%	11201	100,05%	10352	100,00%	10352	100,00%	10352	100,00%

Ano	1820		1821		1823		1825		1829	
Qualidade	Nº	%								
Branços	6	0,03%	3	0,02%	3	0,02%	6	0,03%	9	0,04%
Pretos	17872	99,80%	17904	99,71%	17902	99,69%	22779	99,78%	22692	99,75%
Mulatos	30	0,17%	49	0,27%	52	0,29%	44	0,19%	49	0,22%
Total expresso	17908	100,00%	17956	100,00%	17957	100,00%	22829	100,00%	22750	100,00%

Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe sua Jurisdição.

Em nenhum dos mapas analisados a população branca chega a perfazer 1% do total. O maior número de brancos anotado foi 34, em 1810, o que representava apenas 0,69% dos 4.960 habitantes. E é preciso lembrar que muitas das pessoas descritas como brancas eram africanos e brasileiros de pele escura que haviam ascendido socialmente. Em 1797, por exemplo, dos 24 indivíduos descritos como brancos, sabemos que seis homens e uma mulher eram europeus, enquanto quatro homens e uma mulher eram africanos e seis homens eram americanos. O já reduzido número de brancos tendeu a cair com a passagem do tempo e, na década de 1820, não chegava a uma dezena de pessoas, que correspondiam a 0,02 a 0,04% da população. Os descritos como pretos eram sempre a vasta maioria da população, correspondendo a mais de 99% das pessoas na maioria dos mapas. Houve uma ligeira queda no percentual de pretos em 1809, ano em que o percentual mais baixo de “pretos” – 96,23% – foi registrado. Essa redução no percentual de pretos durou até 1811. A população mulata era bastante diminuta, embora sempre mais significativa que a branca, tendo oscilado entre 0,17% e 3,10%.

O reduzido número de brancos e mulatos reforça a nossa hipótese de que a presença portuguesa nos sertões era muito frágil. Fica claro que o ténue poder que a administração lusa tinha no interior dependia da atuação de luso-africanos, que ocupavam os postos civis e militares e desempenhavam atividades comerciais. A maioria desses luso-africanos eram descritos como pretos e tinham lealdades ambíguas, vinculando-se tanto á Coroa quanto a lideranças políticas autóctones, como sobas e outros potentados. E, quanto à análise demográfica, os dados sobre qualidade (cor) mostram que os mapas descreviam principalmente a população “preta” que habitava os sobados, podemos agora abordar as flutuações no crescimento populacional, com o intuito de perceber se é possível relacioná-las às variações na exportação de cativos.

A nossa série pode ser dividida em três períodos de acordo com os patamares atingidos em termos de população: 1797-1810, 1811-1819 e 1820-1829. No período 1797-1810, a população fica mais ou menos estável, oscilando entre cerca de 4.600 e 6.200 habitantes, chegando a um pico de cerca de 7.600 habitantes em 1804 e 1805. Entre 1810 e 1811, a população dá um salto e quase dobra, passando de 4.960 pessoas para 9.041. Desse último ano até 1819, a população permanece nesse patamar mais elevado, oscilando entre 9.000 e 11.500 pessoas, com a exceção de 1812, quando 6.812 habitavam a jurisdição. Entre 1819 e 1820, há uma nova mudança de patamar, chegando a população a 17.908 indivíduos, número que se mantém em 1821 e 1823. Em 1825, há uma nova elevação e a população chega ao nível mais alto da série, 22.829 habitantes. Esse volume sofre uma queda muito ligeira e a série se encerra em 1829 com uma população 22.750 habitantes.

Haveria relação direta entre o número de escravizados exportados pelo presídio e as oscilações na população de sua jurisdição? Um primeiro passo para abordar essa questão é saber se o número de escravizados era significativo com relação à população total. Se o volume de exportações fosse muito pequeno se cotejado à população residente na jurisdição, mesmo que parte considerável das pessoas exportadas fosse escravizada em áreas próximas, não fará sentido algum pensar em impactos demográficos.

Analisando a Tabela 3 abaixo, percebemos que embora, com o passar do tempo, os escravizados tenham passado a representar um percentual cada vez menor da população de Cambambe, a sua importância era considerável, tendo chegado a 40% em 1806, ano em que

passaram pela localidade de 5.126 habitantes 2.052 pessoas destinadas ao comércio atlântico. Dos 21 anos em que fomos capazes de calcular o peso dos escravizados em relação à população da jurisdição, este foi menor que 5% em apenas duas ocasiões, em 1823 e em 1825. No período 1797-1810, os escravizados representavam de 21 a 40% dos habitantes. Em 1811-1819, quando já houvera um aumento considerável na população e uma redução nas exportações de escravizados, o percentual variou entre 5 e 13%. Por fim, no intervalo 1820-1829, em que ocorrera outro salto no número de habitantes da jurisdição e em que continuava a se reduzir o volume de escravizados em trânsito pela região, o percentual variou entre 1 e 5%, com a exceção de 1829, ano em que a súbita elevação nas exportações de escravizados fez com que essa cifra aumentasse para 9%. Em suma, houve uma tendência ao decréscimo das exportações de escravos, mas de crescimento da população.

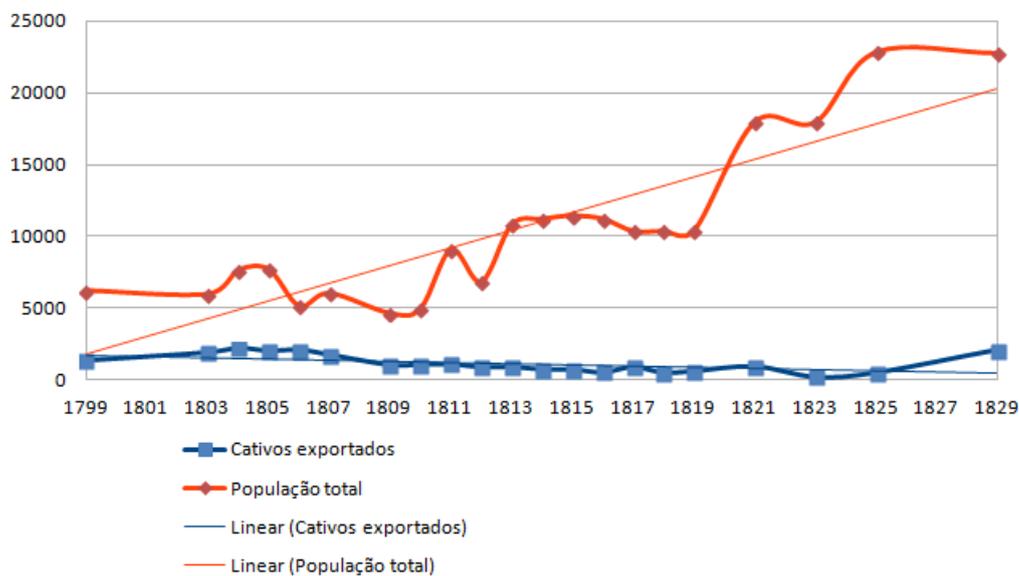
Tabela 3
População Presídio de Cambambe e N° de Cativos Exportados (1799-1829)

Ano	1799	1803	1804	1805	1806	1807	1809	1810	1811	1812	1813
População de Cambambe	6.200	5.966	7.637	7.671	5.126	6.014	4.615	4.960	9.041	6812	10809
N° de escravos exportados	1.331	1.875	2.175	1.990	2.052	1.720	1.022	1.059	1.076	880	898
%	21%	31%	28%	26%	40%	29%	22%	21%	12%	13%	8%
Ano	1814	1815	1816	1817	1818	1819	1821	1823	1825	1829	
População de Cambambe	11195	11428	11201	10352	10352	10352	17956	17957	22829	22750	
N° de escravos exportados	714	713	511	888	502	597	924	199	499	2.053	
%	6%	6%	5%	9%	5%	6%	5%	1%	2%	9%	

Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe sua Jurisdição.

Para obter uma melhor visualização das oscilações no volume de exportações de cativos e na população total do presídio de Cambambe a fim de compará-las, unimos as duas séries de dados no Gráfico 2.

Gráfico 2
 Comparação entre a Flutuação no Volume de Cativos Exportados e na
 População Total da Jurisdição do Presídio de Cambambe (1799-1829)



Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe e sua Jurisdição.

Ao analisá-lo, percebemos que as duas séries de dados têm tendências contrárias: enquanto a população tende ao crescimento positivo, as exportações tendem ao decréscimo. Devemos, todavia, resistir à tentação de mecanicamente atribuir o crescimento populacional à redução na escravização. Em primeiro lugar, porque o crescimento da população é bem mais acentuado que a redução na escravização. Em segundo lugar, porque, se compararmos as oscilações das duas séries ano a ano, notamos que elas não parecem guardar qualquer relação: ora a população aumenta em um momento de redução nas exportações de cativos, ora ela cai, e vice-versa. Assim, embora não possamos descartar que a queda nos embarques tenha efeitos positivos sobre o crescimento populacional, não devemos nos esquecer de que fatores internos também tinham o seu papel.

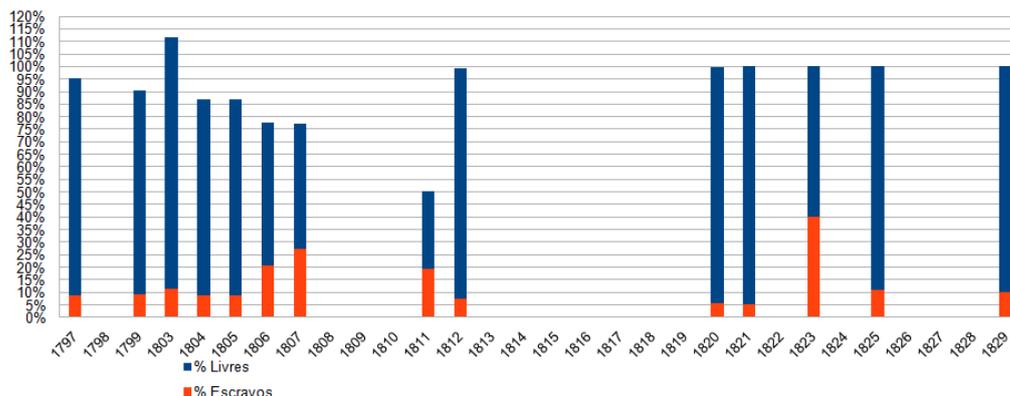
6. Escravidão doméstica

O aumento nas exportações de cativos pelo presídio poderia também ter reflexos diretos na população escrava residente. Curto e Gervais afirmaram que, quando ocorria um

aumento ou redução na demanda atlântica, o primeiro impacto recaía sobre a população escravizados residente de Luanda, só se fazendo sentir no interior em um segundo momento. Se a demanda por cativos era baixa, os escravos que chegavam a Luanda não encontravam um mercado no Brasil imediatamente e acabavam retidos como parte da população escrava da cidade. Inversamente, quando a demanda atlântica era elevada, um “atraso” de um ou dois anos ocorria até que a produção de cativos no interior aumentasse, e a solução de curto prazo encontrada para rapidamente fornecer os escravos requeridos era exportar a população escrava residente na cidade (CURTO e GERVAIS, 2001, p. 44). Cândido encontrou padrão semelhante em Benguela (CÂNDIDO, 2006, p. 159). Ocorreria o mesmo em Cambambe? Será que quando aumentava a demanda em Luanda, a solução imediata para supri-la era primeiro exportar a população escrava residente na jurisdição e, só depois, recorrer à escravização da população local ou à aquisição de cativos no interior ainda mais remoto?

Para tentar responder a essa questão, trataremos do peso dos escravos na população de Cambambe. Infelizmente, a qualidade dessa informação não é uniforme em nossa série de dados. Em apenas sete mapas há informação sobre a condição para toda a população. Nos outros, essa característica foi anotada para apenas uma parcela das pessoas residentes na jurisdição. Em alguns anos, como em 1809 e 1810, o responsável pelo mapa parece ter achado desnecessário anotar o número de pessoas livres, limitando-se a preencher a casa referente aos escravos. No período de 1809 a 1819, há informação sobre a condição para de 15 a 50% da população. Optamos, então, por tratar dessa variável apenas nos anos em que ela é informada para no mínimo 50% da população. Em 1803, se somarmos a população livre à escrava, obteremos um número superior à população total expressa. Por essa razão, julgamos melhor não levar em conta as informações sobre a condição para esse ano. Excluídos então os anos em que a representatividade dos mapas não é boa, elaboramos o Gráfico 3.

Gráfico 3
Condição da população do Presídio de Cambambe (1797 - 1829)



Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe e sua Jurisdição.

Os dados contidos no Gráfico 3 sugerem que a relação entre a população escrava residente e as exportações de cativos no interior não obedecia à mesma lógica observada na capital. É preciso investigar mais a fundo, mas pode ser que essa diferença se deve ao caráter rural da população de Cambambe e ao caráter urbano da população luandense. No período entre 1797 e 1807, em que o volume de exportações era mais elevado, a população escrava residente era relativamente mais importante que nos períodos posteriores, representando 9% da população total na maior parte dos anos, mas chegando a 12% em 1803, a 21% em 1806 (que é um dos anos com maior volume de exportações) e a 27% em 1807, quando as exportações já haviam começado a cair. No período de 1809 a 1821, que foi de exportações mais reduzidas, a população escrava residente também perdeu importância, constituindo entre 5 e 7% do total populacional. Todavia, em 1823, ano de exportações reduzidas, os escravos representavam 40% do total populacional. Em 1825 e 1829, anos em que se testemunhou uma recuperação nas exportações, a população escrava sofreu ligeiro crescimento com relação ao período posterior, sendo, respectivamente, 11 e 10%.

Trocando em miúdos, o que percebemos é que o peso dos escravos na população total tendeu a se manter relativamente estável, tendo se situado entre 5 e 11% ao longo dos 30 anos abrangidos por esse estudo. Os momentos de abrupto aumento na população escrava não estão relacionados a quedas bruscas nas exportações com a consequente retenção entre a população cativa local de escravizados destinados ao mercado externo. O que se observa é, ao contrário,

uma tendência a um ligeiro aumento na importância da população escrava residente em momentos de exportações mais aquecidas. Vale notar, ainda, que o grande crescimento populacional experimentado pela jurisdição não afetou radicalmente o balanço entre livres e escravos, de forma que, em geral, o crescimento da população escrava acompanhou o da população livre.

7. Distribuição sexual e etária da população

Quanto às populações cativas embarcadas para as Américas, uma boa síntese da literatura produzida sobre a sua estrutura etária e sexual pode ser encontrada nos trabalhos de Eltis e Lovejoy (LOVEJOY, 1983; LOVEJOY, 1989; ELTIS, 1987; ELTIS, 1990; ELTIS e JENNINGS, 1988). Em sua vasta produção acadêmica, esses autores discordam radicalmente quanto aos efeitos do tráfico na África, especialmente quanto ao aumento da importância e da disseminação da escravidão doméstica e à relevância do comércio atlântico, em termos de volume de pessoas exportadas e de valor econômico. Todavia, estão de acordo quanto à demografia do tráfico, especialmente quanto à proporção de homens e crianças exportados através do Oceano Atlântico. Ambos defendem que, com o passar do tempo, proporcionalmente mais homens e crianças escravizados seriam embarcados e que a África Centro-Occidental era uma região em que as razões de masculinidade entre as populações cativas exportadas eram mais elevadas e em que, no século XIX, o percentual de crianças embarcadas era muito alto (LOVEJOY, 1989, p. 381-385; ELTIS, 1990, p. 491).

Domingues da Silva, que fora orientado por David Eltis, leva adiante alguns dos argumentos apenas delineados por esse historiador, produzindo um dos mais bem documentados trabalhos já realizados sobre os padrões demográficos do tráfico a partir de dados oriundos das viagens de navios negreiros, durante o período 1781-1867 (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 100-121). A pesquisa se baseia nos dados do *The Transatlantic Slave Trade Database*, cobrindo o período 1781 e 1867.¹⁶ Segundo o autor, os homens eram 68% de todos os cativos embarcados, confirmando, assim a opinião tradicional sobre o tema, já esposada por autores como Eltis e Lovejoy. Apesar do aumento da demanda brasileira por

¹⁶ Há informações sobre o sexo dos escravizados em 316 viagens e sobre a idade em 365 viagens.

mulheres, o padrão sexual das exportações tinha variado com o passar do tempo. A proporção de homens embarcados aumentou significativamente durante o período de ilegalidade do tráfico, sendo 66% no período 1781-1805; 64% no período 1806-1830; 74% no período 1831-1855; e 73% no período 1856-1867 (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 108). Há variações importantes na proporção de homens embarcados nas diferentes regiões da África Centro-Occidental: portos do norte exportavam maior proporção de homens, 70%, enquanto Luanda e portos do Sul exportavam 63% de homens. A proporção de escravos exportados de cada uma das regiões costeiras da África Centro-Occidental variou no tempo¹⁷ em razão de diferenças na definição de quem podia ser escravizado para os diferentes grupos etnolinguísticos (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 108).

Domingues da Silva também concorda com a visão corrente na historiografia, defendida tanto por Eltis quanto por Lovejoy, de que, no século XIX, os escravos exportados da África Centro-Occidental eram mais jovens que nos séculos anteriores. De acordo com os dados do TSTD2 por ele utilizados, o percentual de crianças entre os escravizados embarcados na África Centro-Occidental, no período 1781-1805, era 11%; em 1806-1830, 16%; em 1831-1855, 53%; e em 1856-1867, 36%. O autor frisa que o aumento do percentual de crianças é mais significativo no período da ilegalidade. Há um acentuado aumento no número de crianças embarcadas em todos os locais de embarque no período da ilegalidade, inclusive em Luanda, onde as crianças representavam 55% dos escravos embarcados entre 1831 e 1855.

O autor acredita que as razões para tal aumento no percentual de crianças não se deva a acontecimentos em nenhuma das “margens” do Atlântico-Sul, mas que esteja relacionado aos esforços para suprimir o tráfico. À medida que a vigilância britânica se fortaleceu, os comerciantes de escravos passaram a se utilizar de portos clandestinos para embarque de escravos ao longo da costa da África Centro-Occidental. Na maior parte desses portos clandestinos, os escravos eram mantidos em barracões um pouco afastados do litoral, cuja localização tinha frequentemente de ser mudada às pressas para escapar da fiscalização. Crianças ofereceriam menos resistência à condução de tais operações clandestinas que adultos. Uma segunda razão para o aumento na proporção de crianças embarcadas no período

¹⁷ Nos portos do norte, a proporção de homens embarcados aumentou continuamente entre 1781 e 1855, de 66 a 81%, declinando depois para 73% entre 1856 e 1867.

da ilegalidade estaria ligada ao aumento no número de escravos disponíveis no mercado doméstico à medida que a demanda americana por mão de obra cativa diminuía. Os senhores de escravos africanos teriam dificuldade em sustentar esse crescente contingente de escravos até a vida adulta, optando por vender parte dele para o mercado externo (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 119-120).

Em suma, os estudiosos da demografia africana concordam que, como o tráfico, com o passar do tempo, levava proporcionalmente mais homens, nas regiões africanas nele envolvidas as mulheres eram mais numerosas.

Para Miller, os principais efeitos negativos do tráfico estavam relacionados à distribuição etária e sexual resultante, em um contexto em que o balanço de poder havia mudado, favorecendo uma minoria de homens mais velhos com acesso privilegiado às fazendas importadas. Por volta do século XVIII, a maioria da população da África Centro-Ocidental já vivia em áreas por onde a fronteira de escravização já havia passado, deixando para trás a seguinte estrutura populacional desequilibrada: grande preponderância de mulheres em razão do sequestro de meninos, remoção de homens por meio de condenações judiciais e importação de mulheres escravizadas. Essa conclusão é alcançada com recurso aos mesmos mapas de população de 1777/8, nos quais as mulheres já superavam os homens entre as crianças pequenas (até sete ou oito anos), coorte na qual a razão de masculinidade era 80. Essa desproporção entre os sexos crescia com o tempo. A razão de masculinidade era 65 no grupo etário de sete/oito anos a 14/15 anos e era 50 para os adultos (MILLER, 1988, p. 159-160). Para reforçar seu argumento, Miller cita vários documentos de natureza censitária e vários relatos de testemunhas da época que corroboram a noção de que havia grande preponderância de mulheres em várias sociedades da África Centro-Ocidental no final do século XVIII e na primeira metade do XIX.

Essas diferenças na estrutura sexual e etária das populações refletiam os tipos contrastantes de economia política que resultavam na distribuição de fazendas a crédito na África Centro-Ocidental. Na fronteira de escravização, homens ricos convertiam as fazendas importadas em famílias de mulheres e crianças, capturando e vendendo homens e meninos mais velhos, o que trazia grande quantidade de fazendas a crédito, gerando mais dívidas, e, em consequência, mais escravos e mais subordinação. Da população escravizada que vinha de

outras sociedades, as mulheres eram retidas como esposas, enquanto os homens eram exportados. Homens jovens e adultos, temendo a captura e a venda, fugiam para regiões não habitadas, tornando-se bandidos, caçadores de marfim ou coletores de cera. À medida que a fronteira avançava para o leste, maiores se tornavam as áreas onde a população se reproduzia em paz e onde era maior a disponibilidade de mulheres pra gerar riqueza humana para seus senhores e escravos para os europeus (MILLER, 1988, p. 160). Haveria uma complementaridade entre a distribuição sexual dos dois lados do Atlântico, de modo que as populações das regiões africanas envolvidas no tráfico, na qual predominavam as mulheres na flor da idade, seriam complementos exatos das populações escravas das Américas, plenas de homens jovens e carentes de mulheres e crianças (MILLER, 1988, p. 164).

Vansina, que estudou as mudanças políticas e sociais ocorridas em Ambaca entre 1760 e 1845, as quais estavam relacionadas ao destacado papel daquela localidade no comércio atlântico de escravos, chegou a conclusões semelhantes às de Miller. O estudioso concluiu que o maior impacto do comércio atlântico na sociedade de Ambaca estava relacionado ao enorme fluxo de fazendas a crédito, e não tanto à captura forçada de escravos. Ocorreram, em razão do aumento do patrimônio dos indivíduos ligados ao negócio negreiro, importantes modificações sociais, com o surgimento de uma estrutura definida pelo autor como matrilinearidade corporativa. Nasceu também uma nova elite, heterogênea, mas fortemente ligada por laços matrimoniais. Comparando a situação em meados do século XVII com a de meados do XIX, Vansina conclui que o comércio de escravos alterou a composição demográfica da sociedade, com um aumento do peso da população escrava e um desequilíbrio sexual, com o número de mulheres superando em muito o de homens. Passou a vigorar uma gerontocracia, na qual comunidades em que preponderavam mulheres, escravos e crianças eram controladas por homens mais velhos. Os homens jovens eram os mais vulneráveis à escravização, mas também ao recrutamento como carregadores de caravanas. Os que conseguiam deixavam as comunidades como dependentes de um comerciante e iam tentar a sorte em outras paragens, em uma verdadeira diáspora, da qual resultou o surgimento posterior dos ambaquistas. Surgiu, por volta de 1800, um sistema de matrilinearidade corporativa, na qual o irmão mais velho da mãe, o *lemba*, era a autoridade máxima e podia alienar a liberdade dos membros da linhagem e herdava toda a propriedade móvel, incluindo escravos (VANSINA. 2005, p. 13-26).

Como Miller, Thornton argumentou que, no final do século XVIII, a população de Angola se mantivera estável ou experimentara um ligeiro crescimento (THORNTON, 1980, p. 424-425). O excedente de mulheres, causado pela preferência do tráfico pelos homens, provocara uma taxa de natalidade excessivamente alta, de 8,19%. Além disso, maioria dos escravos exportados não seria originária das áreas cobertas pelos censos de 1777/8, com base nos quais o trabalho foi elaborado.

Voltemos agora nossa atenção para os dados sobre a distribuição sexual da população de Cambambe, expressos na Tabela 4. As mesmas ressalvas quanto à qualidade da informação sobre a condição das pessoas se aplica ao sexo. Assim, descartamos os anos em que há informação a respeito do sexo para menos da metade da população ou em que a soma do total de homens com o total de mulheres ultrapassa o total populacional expresso. Será que os mapas de população do Presídio de Cambambe corroboram as conclusões da literatura anteriormente examinada?

Tabela 4
Razão de masculinidade e proporção de homens, por condição
Cambambe (1797-1829)

Ano	Livres*		Escravos		População Total**	
	Razão de masculinidade*	% de homens no total populacional	Razão de masculinidade*	% de homens no total populacional	Razão de masculinidade*	% de homens no total populacional
1797	70	41%	75	43%	73	42%
1799	68	41%	79	44%	71	41%
1804	66	40%	65	39%	71	41%
1805	66	40%	64	39%	71	41%
1806	8	8%	105	51%	35	26%
1807	11	10%	65	39%	38	27%
1811	17	14%	60	38%	77	43%
1812	106	51%	72	42%	104	51%
1820	114	53%	199	67%	117	54%
1821	119	54%	98	49%	118	54%
1823	110	52%	129	56%	118	54%
1825	104	51%	71	41%	100	50%
1829	108	52%	91	48%	106	52%

* homem/mulher*100

Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe e sua Jurisdição.

Começamos pela população como um todo, independentemente da condição. No começo da série, as mulheres eram majoritárias. Entre 1797 e 1811, a razão de masculinidade ficou, na maior parte dos anos, na casa dos 70, com os homens representando, portanto, cerca de 40% da população. As exceções são 1806 e 1807, quando a razão de masculinidade caiu para 35 e 38 (percentual de homens = 26 e 27%).

Nesses dois anos não houve mudanças abruptas nem no número de habitantes da jurisdição, nem no volume de escravos exportados. Há, isso sim, uma piora na qualidade dos dados, pois o responsável pelo mapa anotou a condição de apenas metade dos homens livres. Embora, em tese, essa falha não afete o cálculo da razão de masculinidade da população total, pois o total de homens é uma informação disponível em um campo separado, ela nos convida a olhar o conjunto dos dados para 1806 e 1807 com cautela. Assim, acreditamos que não vale a pena se preocupar muito com essa queda súbita na razão de masculinidade, que provavelmente deve ser atribuída a problemas na coleta dos dados e não a mudanças demográficas.

A partir de 1812, há um aumento na proporção de homens e a estrutura sexual da população passa a ser mais equilibrada. Desse momento até 1829, a razão de masculinidade passa a oscilar entre 100 e 118, o que significa que os homens perfaziam entre 50 e 54% da população. Trata-se de um período em que houve uma redução significativa do volume de escravizados exportados do Presídio de Cambambe e também um grande aumento em sua população residente.

Passemos agora à análise da estrutura sexual por condição. Quanto aos livres, que representavam, conforme vimos anteriormente, cerca de 90% da população durante a maior parte do tempo, a divisão sexual era bem semelhante à da população total. Eram as mulheres a maioria até 1811, representando em torno de 60% da população. De 1812 e 1829, a estrutura sexual passa a ser mais equilibrada, com um ligeiro excesso de homens.

Com relação aos escravos, o quadro já era um pouco diverso. Há uma oscilação maior da razão de masculinidade de um ano para o outro e as tendências não são tão claras quanto as encontradas para o total populacional e para os livres. Isso não deve causar estranheza, já que a população escrava era mais sujeita a flutuações, conforme cativos domésticos fossem comercializados para fora da jurisdição, novos escravos fossem adquiridos e pessoas livres fossem escravizadas. Além disso, a população escrava provavelmente tinha condições de vida piores que a população livre e era mais suscetível a doenças e à fome, estando sujeita a taxas de mortalidade mais elevadas (CÂNDIDO, 2006, p. 147). Entre os cativos, as mulheres eram mais numerosas que os homens em 8 dos 13 anos para os quais dispomos de informação. Havia três anos em que a divisão sexual era equilibrada e dois em que predominavam os

homens.

Por um lado, os nossos achados corroboram a noção corrente na historiografia de que, nas sociedades africanas envolvidas no tráfico, haveria uma predominância de mulheres, especialmente na população cativa. Por outro lado, sugerem que a razão de masculinidade não teria permanecido baixa à medida que o século XIX avançava nas áreas mais a leste. Miller, por exemplo, traz alguns dados sobre razão de masculinidade em Angola. Em um mapa de população de 1827, a razão de masculinidade seria 85,8 na categoria pretos livres. Essa cifra é bem inferior aos 104 e 108 que encontramos para a população livre de Cambambe (que era majoritariamente preta) em 1825 e em 1829. Miller cita ainda Tito Omboni que, na década de 1830 achou a razão de masculinidade 79,6 para os pretos livres e 82,2 para os escravos. Já Lopes de Lima, em meados da década de 1840, fala em três homens para cada quatro mulheres, o que equivale a uma razão de masculinidade de 75 (MILLER, 1988, p. 161). Os nossos dados mostram que, em alguns locais do interior mais a leste, na década de 1820 já havia equilíbrio sexual.

Abordaremos, a seguir, o perfil etário da população de Cambambe. Domingues da Silva, embora admita que a percepção sobre a idade dos indivíduos varie de cultura para cultura e que os europeus registravam a idade dos escravos comprados na África, acredita que portugueses e africanos da África Centro-Occidental provavelmente compartilhavam da noção de que a vida adulta se iniciaria por volta do fim dos 12 anos para as meninas e por volta dos 14 para os meninos (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 112). Para os europeus dos séculos XVIII e XIX: as pessoas entravam a vida adulta quando se tornavam aptas ao matrimônio. No sul da Europa, as meninas podiam casar-se depois dos 12 anos, quando entravam na puberdade; os meninos, a partir dos 14, quando eram capazes de portar armas. Eram essas as idades que as Constituições do Arcebispado da Bahia, que regiam a conduta moral no Império Português, estabeleciam essas idades para o matrimônio. Os Centro-Africanos entravam na vida adulta ao darem sinais de entrada na puberdade, o que aconteceria mais cedo para as meninas que para os meninos. Ambos tinham de passar por ritos de iniciação, sendo que os homens tinham de passar por um processo demorado que culminava na circuncisão, muitas vezes em acampamentos localizados fora de suas aldeias (DOMINGUES DA SILVA, 2017, p. 112). Em suma, embora os critérios para estabelecer quando ocorria o início da vida adulta

fossem diferentes para europeus e centro-africanos, as idades em que isso acontecia eram semelhantes.

Nos mapas, a população é classificada em grandes grupos etários: até sete anos; de 7 a 14 anos; de 14 a 25 anos; maior de 25 anos. Esses grupos correspondem claramente às fases da vida, tal como eram compreendidas no Portugal em 1776, quando foi expedida a Ordem Régia que determinou a execução dos primeiros mapas para Angola (AHU, cx. 61, doc. 81). Tal divisão orientava a vida civil e religiosa em Portugal.

A infância se estendia do início da vida até o momento em que a criança era “capaz de usar a razão”, o que, de acordo com o Dicionário de Bluteau, ocorria aos sete anos (BLUTEAU, 1712-1728, p. 121). Essa era a idade em que, a partir do Concílio de Trento, passou a ser aplicado o sacramento da confirmação, pois se acreditava que, após os sete anos, as crianças se tornavam capazes de mentir e, por conseguinte, de pecar, devendo, por isso, passar a se confessar. Os sete anos eram também a idade a partir da qual era possível se casar “por palavras de futuro”, ou seja, em que a criança poderia ser prometida em casamento. O casamento efetivo, “por palavras de presente”, seguido da “consumação carnal” podia ocorrer depois dos 12 anos findos, para as meninas, e dos 14, para os meninos. Os expostos saíam da tutela das casas da roda aos sete anos, para passarem a dos juizes de órfãos, que os entregavam a famílias que os acolhiam e empregavam. No entanto, só começavam a receber remuneração pelo seu trabalho aos 12 anos, no caso dos meninos, e aos 14, no caso das meninas. A fase que se estendia dos 14 aos 25 anos era a “mocidade”. De acordo com o Dicionário de Bluteau, a palavra “moço” designava o rapaz entre os 14 ou 15 e os 25 anos. Fontes eclesiásticas, como manuais de confissão, inferiam que depois dos 12 ou 14 anos as raparigas e os rapazes passavam a ter vontade própria e podiam tornar-se padrinhos e madrinhas de outras crianças. Os 14 anos eram também a idade em que pessoas de ambos os sexos passavam a poder testemunhar em causas da justiça. Após os 25 anos, um rapaz deveria ser considerado, de acordo com o Dicionário de Bluteau, um “homem moço”, termo que designava o adulto até os 40 anos (BLUTEAU, 1712-1728, p. 524). Era a partir dos 25 anos que um homem podia se casar sem o consentimento paterno, ser nomeado para ofícios da Coroa, ocupar cargos na administração e ser admitido nas confrarias religiosas das elites. Era também aos 25 anos que terminava o processo de formação de um clérigo de missa (SÁ,

2011, p. 73-75).

A classificação etária certamente tinha significados muito distintos para aqueles que elaboraram os modelos dos mapas, em Lisboa, e os habitantes dos sertões africanos, onde tais modelos foram posteriormente aplicados. No entanto, como o responsável pelo mapa geralmente era um africano de origem local instruído na língua e na cultura lusitanas, acreditamos que “traduziria” os grupos etários de modo que fizessem sentido naquele contexto. Mesmo que as pessoas não fossem descritas de acordo com a sua idade cronológica, mas com a fase da vida ou o lugar social que ocupavam, os mapas muito podem nos ensinar sobre a realidade estudada.

Os dados sobre a idade das pessoas são ainda mais precários que os sobre condição e sexo. Apenas nos últimos anos da série dispomos de informação sobre a idade de toda a população recenseada. Ao optar por analisar essa variável nos mapas nos quais havia informação para pelo menos 50% dos habitantes, acabamos por restringir o intervalo temporal. Para que o leitor saiba a representatividade da amostra disponível para cada ano, incluímos na tabela uma coluna com o percentual da população para o qual há informação sobre a idade. Optamos também por agrupar os dados em apenas dois grupos: até 14 anos, que consideramos o grupo das “crianças”, e maiores de 14 anos, que consideramos o grupo de “adultos”. Os dados deram origem à Tabela 5.

Tabela 5
 Percentual de crianças na população total e razão de masculinidade por idade
 Presídio de Cambambe e sua Jurisdição (1810-1829)

Ano	Até 14 anos		Razão de masculinidade		Maiores de 14 anos		Razão de masculinidade		Total de pessoas com informação sobre idade	% com informação sobre idade	População total (expresso)
	anos	% do total	de	de	anos	% do total	de	de			
1810	1116	43%	184		1470	57%	81		2586	52%	4960
1812	1634	46%	120		1954	54%	69		3588	53%	6812
1820	6262	35%	157		11646	65%	101		17908	100%	17908
1821	6274	37%	157		10682	63%	84		16956	94%	17956
1823	6244	35%	157		11708	65%	101		17952	100%	17957
1825	8515	37%	140		14314	63%	82		22829	100%	22829
1829	7096	31%	114		15653	69%	103		22749	100%	22750

Fonte: Mapas de População do Presídio de Cambambe sua Jurisdição.

A primeira informação relevante constante da Tabela 5 é que a população de Cambambe tinha uma elevada proporção de crianças. Manning estimou o percentual de crianças com menos de 14 anos na população estável das sociedades africanas em 34%. Em Cambambe, a população dessa faixa etária esteve acima desse percentual em todos os mapas analisados, salvo no de 1829, quando foi de 31%.

Embora haja oscilações, a tendência com o passar do tempo foi de redução na proporção de crianças. Vale notar que em 1810 e 1812, anos em que as crianças correspondiam a 43 e 46% da população total, já havia ocorrido uma redução no volume de escravizados exportados pela localidade, que continuou caindo até o final na série, recuperando-se apenas em 1829. Isso significa que, em Cambambe, temos uma situação que combina tráfico descendente com redução no percentual de crianças na população. Se, conforme afirma Lovejoy, no século XIX, o tráfico em Angola havia se tornado um tráfico de crianças, então uma redução na escravização teria levado ao aumento no percentual de crianças (LOVEJOY, 1989, p. 385). Em Cambambe, ocorreu o inverso. Essa situação é um bom lembrete para aqueles que tentam encontrar no comércio atlântico de escravos, de forma mecânica, toda a explicação para as dinâmicas populacionais africanas, esquecendo que havia muitos outros fatores em jogo. Tendo em vista que a população da jurisdição experimentou grande crescimento no período, sugerimos que o aumento na média de idade poder estar relacionado à imigração de populações em que os adultos tivessem um peso maior.

Quando analisamos a razão de masculinidade por idade, percebemos que os indivíduos do sexo masculino eram maioria entre as crianças, enquanto os do sexo feminino eram maioria entre os adultos. Em 1810, a razão de masculinidade da população com menos de 14 anos era 184, o que significa que havia quase dois meninos para cada menina. Ao longo do tempo, a diferença entre o percentual de meninos e meninas tendeu a cair e, entre 1820 e 1823, a razão de masculinidade era 157, o que significa que havia cerca de 3 meninos para cada duas meninas. A série se fecha com uma razão de masculinidade de 114 para as pessoas com menos de 14 anos, bem mais próxima do equilíbrio, mas ainda com uma predominância dos meninos. Esse dado é contrário à afirmação de Miller e Vansina de que haveria, nas áreas africanas envolvidas com o tráfico atlântico, de um excesso de indivíduos do sexo feminino desde os grupos etários mais jovens. Já entre os adultos, encontramos a “sobra” de mulheres

que é quase unanimidade na historiografia. No entanto, as razões de masculinidade não foram tão baixas quanto se poderia esperar. Em 1812, a razão de masculinidade era 69, o que equivale a dizer que havia mais ou menos 7 homens para cada 10 mulheres. Em 1810, 1821 e 1825, a razão de masculinidade ficou na casa dos 80, o que significa que havia 4 homens para cada 5 mulheres. Em 1820, 1823 e 1829 havia equilíbrio na distribuição sexual da população, e a razão de masculinidade ficou em torno de 100. Embora haja oscilações, de modo geral a tendência na razão de masculinidade das pessoas com mais de 14 anos foi ascendente, com uma tendência a um maior equilíbrio entre os sexos.

Considerações finais

Algumas das mais relevantes conclusões resultantes da análise dos mapas de população do Presídio de Cambambe e de sua jurisdição dizem respeito aos efeitos demográficos do comércio de escravos para as populações do interior das regiões africanas nele envolvidas. Cumpre notar que o volume de escravizados que anualmente partia de Cambambe era significativo em relação à sua população total. Ele representou mais que 5% dos habitantes da jurisdição em 19 dos 21 mapas de população analisados. Em 1806, o número de pessoas escravizadas e exportadas chegou a corresponder a 40% das pessoas que residiam na jurisdição.

Quando avaliamos o crescimento populacional, os nossos dados corroboram trabalhos como os de Thornton e Miller que afirmam que o tráfico não necessariamente levava ao despovoamento. Em Cambambe houve um espantoso crescimento populacional de 382%: em 1797, havia 5.950 habitantes e, em 1829, 22.580. Embora o volume do tráfico tenha se reduzido ao longo do tempo, um acréscimo de população dessa monta não pode ser atribuído à reprodução natural resultante da redução na emigração forçada de parte da população. Assim, ele provavelmente é decorrente da imigração, motivada por fatores internos que a nossa documentação infelizmente não nos permite conhecer.

Os mapas de população de Cambambe também nos permitem uma participação no acalorado debate entre Lovejoy, que, defendendo a *tese da transformação*, afirmou que as

regiões africanas envolvidas no tráfico conheceriam, com o passar do tempo, um aumento no volume de população escrava residente, e seu opositor, Eltis, que afirma que o comércio atlântico de escravos não poderia ter tido esse efeito antes de 1860. Analisando o peso dos escravos na população de Cambambe, percebemos que ele era significativo, variando entre 5 e 11%. Ou seja, talvez, no século XIX, quando a região do Rio Cuanza estava envolvida no comércio atlântico de escravos havia mais de dois séculos, já teria se concretizado a previsão de Lovejoy de que os escravos domésticos passassem a ter um peso expressivo. Apesar de oscilações momentâneas, notamos uma tendência à estabilidade na distribuição da população por condição: o peso dos escravos se manteve mesmo com o grande crescimento populacional.

Por outro lado, não encontramos uma relação direta entre as exportações de cativos de Cambambe e as variações em sua população escrava residente. Os dados sugerem que a lógica observada por Curto e Gervais para Luanda não valia para os sertões. Segundo esses autores, na Capital, um aumento na demanda atlântica resultava, em um primeiro momento, na exportação de parte da população escrava residente, e passavam-se um dois anos até que as remessas de escravizados do interior aumentasse o suficiente para abastecer o mercado atlântico. A redução na demanda externa levaria, de imediato, a um aumento na população de escravos domésticos de Luanda, que absorvia o excedente populacional que deixava de ser exportado. Em Cambambe, não parece ter ocorrido situação assemelhada. A ausência de correlação observável entre o peso dos escravos domésticos e as exportações sugerem que, no interior, um aumento da demanda era suprido com um aumento na escravização ou com a aquisição de cativos de fora da jurisdição.

Quanto à distribuição sexual da população, se há um ponto assente na historiografia, é que as mulheres superariam em muito os homens nas populações das regiões africanas afetadas pelo tráfico, já que, entre a população exportada, os homens seriam a maioria. A ocorrência de razões de masculinidade muito baixas, na casa do 50 ou 70, é defendida por autores como Miller, Vansina e Thornton. As nossas fontes corroboram em parte esse ponto de vista. No entanto, mostram que essa realidade não pode ser generalizada para todos os lugares e para todos os períodos. Em algumas situações poderia haver uma distribuição sexual equilibrada da população, ou mesmo um excesso de homens.

Até 1811, a população de Cambambe apresentou, na maior parte dos mapas, razão de masculinidade em torno dos 70, o que equivale a dizer que as mulheres representavam por volta de 60% dos habitantes. Entre 1812 e 1829, passa a haver uma distribuição sexual mais equilibrada, com os homens sendo ligeiramente preponderantes em alguns anos: a razão de masculinidade oscila entre 100 e 118. Esse momento coincide com uma redução nas exportações de escravos e com o impressionante incremento da população. Quando comparamos a estrutura sexual dos livres e dos escravos residentes, percebemos que a população livre seguiu uma tendência semelhante à da população total, com predomínio das mulheres no início da série e maior equilíbrio sexual, com leve excesso de homens, nos anos finais. A população cativa, por sua vez, embora experimentasse maior oscilação de um ano para o outro, era, de modo geral, majoritariamente feminina. Esse achado também se coaduna com a interpretação tradicional, que defende que, em África, haveria uma preferência por escravizar mulheres que homens.

No que diz respeito à distribuição etária da população, os nossos dados também corroboram apenas parcialmente a posição historiográfica tradicional. Autores como Lovejoy, Eltis e Domingues da Silva enfatizaram a tendência do tráfico atlântico em levar uma proporção maior de crianças escravizadas, principalmente do sexo masculino. Lovejoy chegou a afirmar que, no século XIX, o tráfico de escravos era um tráfico de crianças, o que teria feito com que, nas populações afetadas pela escravização, as crianças representassem percentuais inferiores aos 34% esperados para as populações africanas estáveis. Além disso, a preferência por exportar meninos fizera com que, mesmo nas coortes mais jovens, fossem encontradas razões de masculinidade muito baixas.

Na jurisdição de Cambambe, as pessoas com menos de 14 anos representaram mais que 34% em todos os anos da série, exceto em 1829. Em 1810 e 1812 as crianças correspondiam a 43 e 46% da população total. Ou seja, em Cambambe, as crianças representavam proporções acima do esperado para populações africanas estáveis a maior parte do tempo. O interessante é que, sendo a conjuntura estudada de redução paulatina das exportações de escravos da região, deveríamos esperar que o percentual de crianças aumentasse com o passar do tempo. Não foi o que ocorreu – de fato, a proporção de crianças tendeu a diminuir, apesar de oscilações momentâneas. Esse fato nos lembra do perigo de

tentar explicar a dinâmica demográfica de regiões africanas a partir de fatores externos – no nosso caso, o tráfico atlântico de escravos. No caso de Cambambe, fatores internos, especialmente correntes migratórias, devem ser levados em consideração.

Para nossa surpresa, descobrimos que, entre as crianças, havia uma preponderância de indivíduos do sexo masculino, contrariando a visão corrente na historiografia de que as mulheres já excederiam os homens nos grupos etários mais jovens. Na população adulta, acima de 14 anos, encontramos as razões de masculinidade baixas, indicando predomínio de mulheres. A distribuição etária e sexual da população de Cambambe nos mostra que ela não era, como sugeriu Miller, um correlato invertido das populações de escravos africanos das Américas. Sua estrutura era peculiar, influenciada certamente pelo tráfico, mas definida pela soma de muitos outros fatores.

Os dados extraídos da série de mapas estatísticos do Presídio de Cambambe e de sua jurisdição nos permitiu o estudo detalhado de uma população do interior de Angola, no contexto do comércio atlântico de escravos. Nossos achados confirmaram muitas das teorias prevalentes na historiografia sobre efeitos demográficos do tráfico, mas também puseram outras em xeque. Serviram para lembrar a nós, historiadores de África, que estamos sujeitos a cometer graves enganos se atribuirmos todas as mudanças populacionais ao tráfico externo, esquecendo a importância de fatores internos, como transformações políticas e econômicas, guerras, doenças, mudanças climáticas. Precisamos, em especial, estar atentos às correntes migratórias postas em movimento por esses fatores. Mas, sobretudo, devemos evitar generalizações com base em evidências empíricas esparsas.

REFEÊNCIAS

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa, Portugal)

- AHU, CU, Angola, Cx 86, Doc 76 (Mapa de 1797)
- AHU, CU, Angola, Cx 93A, Doc 55 / IHGB, DA 2.4.8 (Mapas de 1799).
- AHU, CU, Angola, Cx 109, Doc 37 (Mapa de 1803)
- AHU, CU, Angola, Cx 112, Doc 47/ AHU, CU, Angola, Cx 112, Doc 52 (Mapa de 1804)
- AHU, CU, Angola, Cx 115, Doc 28 (Mapa de 1805)
- AHU, CU, Angola, Cx 118, Doc. 49 (Mapa de 1806)
- AHU, CU, Angola, Cx 118, Doc 21 (Mapa de 1807 confeccionado em abril de 1807)
- AHU, CU, Angola, Cx 119, Doc 6 (Mapa de 1807 confeccionado em janeiro de 1808)
- AHU, CU, Angola, Cx 121, Doc 32 (Mapa de 1809)
- AHU, CU, Angola, Cx 122, Doc 21, Cópia 1 (Mapa de 1810)
- AHU, CU, Angola, Cx 124, Doc 9 (Mapa de 1811)
- AHU, CU, Angola, Cx 124, Doc 9 (Mapa de 1812)
- AHU, CU, Angola, Cx 128, Doc 26 (Mapa de 1813)
- AHU, CU, Angola, Cx 130, Doc 30 (Mapa de 1814)
- AHU, CU, Angola, Cx 131, Doc 14 (Mapa de 1815)
- AHU, CU, Angola, Cx 132, Doc 32 (Mapa de 1816)
- AHU, CU, Angola, Cx 134, Doc 37 (Mapa de 1817)
- AHU, CU, Angola, Cx 136, Doc 19 (Mapa de 1818)
- AHU, CU, Angola, Cx 138, Doc 17 (Mapa de 1819)
- AHU, CU, Angola, Cx 139, Doc 85 (Mapa de 1820)
- AHU, CU, Angola, Cx 144, Doc 92 (Mapa de 1823)
- AHU, CU, Angola, Cx 141, Doc 49 (Mapa de 1825)
- AHU, CU, Angola, Cx 167, Doc 33 (Mapa de 1829)

1.2 Arquivo Histórico Militar (Lisboa, Portugal)

- AHM, 2ª Divisão, 2ª Secção, Angola, Cx 1, Doc 23 (Mapa de 1821)

2. Fontes Impressas

LOPES DE LIMA, José Joaquim. **Ensaio sobre a statistica d'Angola e Benguella e suas dependencies na costa Occidental d'Africa ao sul do Equador**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 18.

3. Fontes Eletrônicas

ELTIS et al. **Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database**. Base de Dados Eletrônica, 2008. Disponível em: <<http://slavevoyages.org/vyages/FMAJikdX>>. Consulta em: 29/6/2016.

4. Dicionários e Obras de Referência

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 2, p. 504 e 505. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/contrabando>>. Consulta em: 29/3/2016.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/contrabando>>. Consulta em: 29/3/2016.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2016.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, v. 1, p. 460. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/contrabando>>. Consulta em: 29/3/2016.

5. Referências bibliográficas

BECKER, Charles. Note sur les chiffres de la trait atlantic française au XVIII^e siècle. **Cahiers d'études africaines**. XXVI, 1986, p. 633-679.

CÂNDIDO, Marina P. **Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850**. Tese de Doutorado, York University, Toronto, Canadá, 2006.

CÂNDIDO, Marina P. African freedom suits and Portuguese vassal status: legal mechanisms for fighting enslavement in Benguela, Angola, 100-1830. **Slavery and Abolition**. 32, 2011, p. 447-459.

CÂNDIDO, Marina P. **An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its hinterland**. African Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CARVALHO, Ariane. Cor e hierarquia social no reino de Angola: os casos de Novo Redondo e Massangano (finais do século XVIII). In: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio Memória e

Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: NUNEM, 2010, p. 1-10.

CARVALHO, Ariane; GUEDES, Roberto. Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; MACHADO, Cacilda; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; BERUTE, Gabriel Santos. (Orgs.). **Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população**. São Leopoldo: Oiko / Editora Unisinos, 2014, vol. 3, p. 129-171.

CURTIN, Phillip D. **The Atlantic Slave Trade: a Census**. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

COUTO, Carlos. **Os Capitães Mores em Angola no Século XVIII**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 65-66.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. O comércio de marfim no Presídio de Cambambe, Angola: primeiras décadas do século XIX. In: Vanicléia Silva Santos (Org.). **O Marfim no Mundo Moderno: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX)**. 1ª ed. Curitiba: Prismas, 2017, p. 1-30.

CURTO, Diogo Ramada. Do Reino à África - formas dos projetos coloniais para Angola em inícios do século XVII. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade Atlântica: Europa, Américas e África**. Belo Horizonte: Annablume, 2008, p. 187-217.

CURTO, José C. The Angolan manuscript collection of the Arquivo Histórico Ultramarino; Lisbon: toward a working guide. **History in Africa**. vol. 15, 1988, p. 163-189.

CURTO, José C. A quantitative reassessment of the legal Portuguese slave trade from Luanda, Angola, 1710-1830. **African Economic History**. vol. 20, 1992, p.1-25.

CURTO, José C. The legal Portuguese slave trade from Benguela, Angola, 1730-1828: a quantitative re-appraisal. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo**. Vol. 16-17, 1993, p. 101-116.

CURTO, José C. The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844–1850. **International Journal of African Historical Studies**. 32, 1999, p. 381–405.

CURTO, José C. The story of Nbena, 1817-20: Unlawful Enslavement and the Concept of “Original Freedom” in Angola. In: LOVEJOY, Paul E., e TROTMAN, David V. (eds.). **Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the African Diaspora**. New York: Continuum, 2003, p. 43-64.

CURTO, José C. Struggling Against Enslavement: The Case of José Manuel in Benguela, 1816-20. **Canadian Journal of African Studies**. vol. 39, 2005, p. 96–122.

CURTO, José C. Experiences of Enslavement in West Central Africa. **Social History / Histoire Sociale**. vol. 41, n. 82, 2009, p. 381-415.

CURTO, José C. Rethinking the origin of slaves in West Central Africa. In: WELDEMICHAEL, Awet T.; LEE, Anthony A; ALPERS, Edward A. (eds.). **Changing Horizons of African History**. Trenton, NJ: Africa World Press, 2016, p. 23-47.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. **African Economic History**. vol. 29, p. 1-59, 2001.

DELGADO, Ralph. **História de Angola: Continuação do Segundo Período, 1607-1648**. Luanda: Banco de Angola, 1971.

DIAS, Jill. Angola. In: VALENTIM, Alexandre e DIAS, Jill (Orgs.). **O império africano 1825-1890** (Nova História da Expansão Portuguesa). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 319-556.

DOMINGUES DA SILVA, Daniel. **The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ELTIS, David. Nutritional trends in Africa and the Americas: heights of Africans, 1819-1839. **Journal of Interdisciplinary History**. vol. XII, 1982, p. 453-475.

ELTIS, David. Fluctuations in the age and sex ratios of slaves in the nineteenth-century transatlantic slave traffic. **Slavery and Abolition**. vol. VII, 1986, p. 257-272.

ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade**. New York: Oxford University Press, 1987.

ELTIS, David. The volume, age/sex ratios, and African impact of the slave trade: some refinements of Paul Lovejoy's review of the literature. **Journal of African History**. vol. 31, 1990, p. 485-492.

ELTIS, David e ENGERMAN, Stanley L. Was the slave trade dominated by men? **Journal of Interdisciplinary History**. vol. 23, 1992, p. 237-257.

ELTIS, David and JENNINGS, Lawrence C. Trade between Western Africa and the Atlantic world in the pre-colonial era. **Atlantic Historical Review**. vol. XLIII, 1988, p. 936-959.

ELTIS, David e RICHARDSON, David. Chapter 1: A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, David e RICHARDSON, David (eds.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven: Yale University Press, 2008, p. 1-60.

FAGE, J. **A History of West Africa: an introductory survey**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969a.

FAGE, J. Slavery and the slave trade in the context of West African History. **Journal of Atlantic History**. vol. 10, 1969b, p. 393-404.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola e Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**; uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos**: Caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Caminho, 2004.
- HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. African Fiscal Systems as Sources for Demographic History: The Case of Central Angola, 1799-1920. **Journal of African History**. vol. 29, 1988, p. 213-228.
- INIKORI, Joseph. The slave trade and the Atlantic Economies, 1451-1870. In: UNESCO (Org.). **The African slave trade from the Fifteenth to the Nineteenth Century**. Paris: UNESCO, 1979, p. 211-229.
- INIKORI, Joseph (ed.). **Forced migration**: the impact of the export slave trade on African societies. Londres: Hutchinson, 1982.
- GEGGUS, David. Sex ratio, age and ethnicity in the Atlantic slave trade: data from French shipping and plantation records. **Journal of African History**, XXX, 1, 1989, 23-24.
- LOVEJOY, Paul. **Transformations in slavery**: a history of slavery in Africa. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, 1st edition.
- LOVEJOY, Paul. The impact of the Atlantic slave trade on Africa: a review of the literature. **Journal of African History**. vol. 30, 1989, p. 365-394.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Concelhos e organização municipal na época moderna**: Miunças 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- MANNING, Patrick. The enslavement of Africans: a demographic model. **Canadian Journal of African Studies**. vol. 15, 1981, p. 499-526.
- MANNING, Patrick. **Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey, 1640-1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- MANNING, Patrick. Local vs. Regional impact of slave exports in Africa. In: CORDELL, D. e GREGORY, J. (Orgs.). **African population and capitalism**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1987, p. 35-49.
- MANNING, Patrick. The impact of slave trade exports on the population of the western coast of Africa, 1700-1850. In: DAGET, Serge (Org.). **Actes du colloque sur la traite des noirs**. Paris/Nantes: Société française d'histoire d'Outre-Mer 1988, vol. II, p. 111-134.
- MANNING, Patrick. **Slavery and African Life**: Occidental, Oriental and African Slave Trades. New York: Cambridge University Press, 1990.
- MANNING, Patrick. African population, 1650-1950: methods for new estimates by region. Paper presented at the African Economic History Network Conference, Vancouver, BC, 18-20 April, 2013.

MANNING, Patrick e GRIFFITHS, W. Divining the unprovable: simulating the demography of African slavery. **Journal of Interdisciplinary History**, vol. 19, 1988, p. 177-201.

MATOS, Paulo Teodoro de e VOS, Jelmer. Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil. vol. 17, 2013, pp. 807-834.

MEILLASSOUX, Claude. **The Anthropology of Slavery: The Womb of Iron and Gold**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

MILLER, Joseph. Slave, slavers and social change in nineteenth century Kasanje. In: HEIMER, Franz-Wilhelm (ed.). **Social change in Angola**. Munique: Weltforum Verlag, 1973, p. 9-29.

MILLER, Joseph. Imbangala lineage slavery. In: MIERS, S. and KOPYTOFF, I. (Eds.). **Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives**. Madison: University of Wisconsin Press, 1977, p. 205-233.

MILLER, Joseph. The significance of drought, disease and famine in the agriculturally marginal zones of West-Central Africa. **Journal of African History**. vol. 23, 1982, p. 17-61.

MILLER, Joseph. **Way of Death: merchant capitalism and the Angola slave trade, 1730-1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

PAQUETTE, Gabriel. **Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: the Luso-Brazilian World, c. 1770-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PETTERSON, Orlando. **Slavery and Social Death: A Comparative Study**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

RICHARDSON, David. The eighteenth-century British slave trade: estimates of its volume and coastal distribution in Africa. **Research in Economic History**. v. XII, 1989, p. 151-195.

RICHARDSON, David. Slave exports from west and west-central Africa, 1700-1810: new estimates of volume and distribution. **Journal of African History**. vol. XXX, 1989, p. 1-22.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As crianças e as idades da vida. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (cord.); MATTOSO, José (dir.). **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 72-95.

SANTOS, Catarina Madeira. **Um governo "polido" para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)**. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas ndembu. **Revista de História**. no. 155, 2006, p. 81-95.

THORNTON, John K. **A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820**. New York: Cambridge University Press, 2012.

THORNTON, John K. **The Kingdom of Kongo: civil war and transition, 1641-1718.** Madison: University of Wisconsin Press, 1983.

THORNTON, John K. The Demographic Effect of the Slave Trade on Western Africa, 1500-1850. In: FYFE, C.; McMASTER, D. (eds.). **African Historical Demography, II: Proceedings of a Seminar Held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh, 24th and 25th April, 1981.** Edinburgh: University of Edinburgh, Centre of African Studies, 1981, vol. II. p. 691-720.

THORNTON, John K. The Slave Trade in Eighteenth Century Angola: Effects on Demographic Structures. **Canadian Journal of African Studies.** vol. 14, 1980, p. 417-427.

THORNTON, John K. Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550-1750. **Journal of African History.** vol. 18, 1977, p. 507-530.

VANSINA, Jan. It never happened: Kinguri's exodus and its consequences. **History in Africa.** vol. 25, 1998, p. 387-403.

VANSINA, Jan. Ambaca society and the slave trade c. 1760-1845. **Journal of African History.** vol. 46, 2005, p. 1-27.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. **História de Angola.** Lisboa: Tinta da China, 2016 [1972].

XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII.** Tese de Doutorado, Instituto Universitário Europeu, Florença, 2003.

Recebido em 25/10/ 2018

Aprovado em 12/ 12/ 2018